

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE LORDELO

Revista

ECONOMIA

MÓDULO 8 | ABRIL 2019 | EDIÇÃO 1

Um bicho de sete cabeças?

NEM POR ISSO...

Elaborada por:

**12^oC - Curso
Profissional de Técnico
de Comércio**

Ano Letivo:

2018/2019

porque tudo é Economia



EDITORIAL

Por Carla Oliveira

Eis o 12º C, do curso profissional de Comércio, a fornada de 2016/2019 e que dispensa apresentações. Quem conhece esta turma sabe que não deixa ninguém indiferente. Quem trabalha com estes alunos sente-se vivo todos os instantes, o coração tão depressa bate descontrolado como, num ápice, se aproxima dum estado letal de inércia. Ao contrário do que acontece em Economia, em que o ponto de equilíbrio tende a ser o mais estável do mercado, nesta turma o equilíbrio é efémero, apenas dura o necessário para passar de um estado de ânimo ao do seu extremo. Mas é assim que ela funciona. Quando iniciaram o curso, em 2016, eram como passarinhos acabados de sair da casca. Cresceram, foram aprendendo e transformaram-se em passarinhos agora prestes a voar. E tiveram tantos momentos de aprendizagem! Trabalharam conteúdos teóricos,

participaram em inúmeras experiências, desenvolveram projetos, visitaram imensas empresas, fizeram trabalhos práticos, ouviram os professores, uma e outra vez, sobre a necessidade de saberem "fazer", "estar" e "ser". E estão prestes a voar! Esta escola deu-lhes as asas. Foi um trabalho de equipa em que houve muito empenho de todos, da Direção, dos Conselhos de Turma, da Educação Especial, do Gabinete de Psicologia e Acompanhamento, dos funcionários e de tantos outros que com eles trabalharam e partilharam ideias, saberes e experiências. Após o estágio e a apresentação da PAP deixarão de vez este ninho. Se há medos? Claro que sim. Voar pela primeira vez sozinho não é fácil. Sei que uns voarão mais alto, outros mais longe. Voarão na medida exata dos seus sonhos. Saibam eles sonhar e queiram eles voar. Deixarão saudades.

SUMÁRIO

- | | | |
|--|---|---------------------------------------|
| 02 • Editorial. | 18 • A Dívida Pública | 29 • Estrutura do Consumo |
| 03 • A nossa Escola | 19 • O Turismo em Portugal | 30 • Indicadores de Desenv. |
| 04 • A Associação de Estudantes | 20 • Emprego e Merc. Trabalho | 31 • Grupos de Comunic. Social |
| 05 • Importância da Educação | 21 • País de Emig. ou Imigração? | 32 • Gastronomia Portuguesa |
| 06 • A Ciência em Portugal | 22 • A Demografia | 33 • Portugueses no Mundo |
| 08 • O Estado Português | 23 • Produto e Produtividade | 34 • Os Lordes |
| 10 • A União Europeia | 24 • A Pobreza | 34 • Os Aliados |
| 11 • Órgãos da U.E. | 25 • Poder de Compra | 35 • Passatempos |
| 15 • O Comércio Internacional | 26 • As PME's | |
| 17 • O Orçamento do Estado | 28 • Bolsa de Valores | |



Por Pedro Brito

A Escola Básica e Secundária de Lordelo foi fundada em outubro de 1973. Em setembro de 2001 passou a ser a sede do então constituído Agrupamento Escolas de Lordelo. Este Agrupamento conta com 3 estabelecimentos de Ensino: a Escola Básica e Secundária de Lordelo, que agrega o 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, e 2 Escolas Básicas de Educação Pré-Escolar e de 1º ciclo do ensino básico. Em conjunto apoiam cerca de 1300 alunos todos os anos letivos.

Tendo a Dr.ª Beatriz Castro como Diretora, o Agrupamento de Escolas de Lordelo conta com outros órgãos institucionais, além da Direção Executiva, e um conjunto alargado de serviços para levar a cabo aquilo que é a sua missão: “promover a superação individual dos seus alunos e garantir um núcleo de competências e aprendizagens adequado à sua futura integração pessoal e profissional na sociedade.” Assim, a escola conta com uma biblioteca, um gabinete de promoção ao sucesso, clubes temáticos, um gabinete de informação e orientação e desenvolve, todos os anos, um conjunto vasto de projetos, quer através das várias parcerias que estabelece, quer por iniciativa do corpo docente, no sentido de proporcionar aos seus discentes um leque de experiências, vivências e competências essenciais à sua formação. Esta Escola situa-se na Freguesia de Lordelo, no concelho de Paredes, onde a atividade económica predominante é o setor do mobiliário.

Mantendo a sua arquitetura original, as infraestruturas já se encontram antiquadas e a precisar de obras que proporcionem, entre outras valências, salas com sistemas de climatização de qualidade, a renovação dos equipamentos escolares, nomeadamente os meios informáticos, e espaços para acolher os alunos em condições adequadas às suas necessidades.

A Escola é um local de aprendizagem. A escola é importante para a formação do indivíduo proporcionando-lhe aprendizagens sobre conteúdos disciplinares mas também, e sobretudo, a aprendizagem de “saber estar” e “saber ser”. Para aplicar os conhecimentos no mundo Profissional é necessário um comportamento adequado ao ambiente em que estamos e ter uma postura correta. A Escola dá também a possibilidade de ascensão social, que permite obter melhores cargos a nível profissional e a ter mais criatividade e ideias para o futuro. Embora a oferta formativa pudesse ser mais alargada para poder satisfazer os interesses de todos os alunos, a escola conta com cursos do ensino secundário regular, Ciências e Tecnologias e Humanidades, e do ensino profissional, Curso Profissional de Técnico de Comércio. Num meio ainda caracterizado pela baixa escolarização, esta escola tem contribuído para a dinamização e o desenvolvimento da cidade, formando cidadãos com valores e com sentido de justiça e de responsabilidade. Pena é que o meio nem sempre lhe dê o devido reconhecimento.



Por Fernando Júnio Leal

A Associação de Estudantes tem um papel importante na vida escolar ao longo de todo o ano letivo.

As Associações de Estudantes são independentes do Estado, dos partidos políticos, das organizações religiosas ou de quaisquer outras entidades. São livres de elaborar os respetivos estatutos e outras normas internas, de eleger os seus órgãos dirigentes, de gerir e administrar o seu património, de elaborar os seus planos de atividade e devem representar todos os estudantes do respetivo estabelecimento de ensino.

As Associações de Estudantes têm, entre outros, o direito de acompanhar a atividade dos órgãos de gestão e da ação social escolar e intervir na organização das atividades em contexto escolar e do desporto escolar, bem como colaborar na gestão de espaços de convívio e desporto.

Uma Associação de Estudantes é constituída por três órgãos:

- Assembleia Geral
- Direção da Associação de Estudantes
- Concelho Fiscal

A Assembleia Geral é constituída por:

- Um Presidente
- Dois (uas) Secretários (as).

A Direção fica completa com:

- Um Presidente
- Um Vice- Presidente
- Um Secretário
- Um Tesoureiro

O Concelho Fiscal é composto por:

- Um Presidente
- Um Secretário
- Um Relator

Os elementos que compõem os órgãos da Associação de Estudantes da nossa escola são os seguintes (eleita em 2017/2018):

Assembleia:

Presidente- Roberto Carlos Ferreira da Silva (10°C)

Vice-Presidente- Pedro Miguel Leal Duarte (VocTur)

Secretário- Pedro Emanuel Moreira Ribeiro (11°C)

Direção:

Presidente- Fernando Júnio Vieira Leal (11°C)

Vice-Presidente- Paulo César Martins Silva (11°C)

Tesoureiro- João Pedro Martins Leal (11°C)

Secretário- Joaquim Dinis Neto Neves (11°C)

Vogal- Ana Carina Coelho Moreira (11°C)

Concelho Fiscal:

Presidente- Henrique Pacheco Moreira (12ªA)

Secretário- Márcia Alexandra Ferreira Coelho (12ªB)

Relator- Ruben Júnio da Silva Moreira (12ªA)

Suplentes:

Ricardo Jorge da Silva Ribeiro (11°C)

Micael André Rodrigues Ferreira

Rafael Leal Alves da Silva (VocTur)

Telmo José Sousa e Silva (11°C)

Pedro Henrique Ferreira Ribeiro (11°C)

Na nossa escola a associação de Estudantes é eleita após uma semana de campanhas em que cada Lista dá a conhecer o seu plano eleitoral.

A semana das campanhas é uma semana muito atrativa para todos os alunos, em que as listas trazem convidados à escola, há muita animação durante os intervalos das aulas e, para se diferenciarem umas das outras, as listas apostam sempre na criatividade para apelarem ao voto, o que se torna muito entusiasmante para todos os alunos.



A Importância da Educação

Por Vitória Pacheco

A educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também no desenvolvimento pessoal e cívico de cada indivíduo.

Por meio da Educação, garantimos o nosso desenvolvimento social, económico e cultural. Os impactos da Educação são extensos e profundos. Uma educação de qualidade:

- **Combate a pobreza:** Quanto mais as pessoas estudarem, mais oportunidades terão no Mundo do Trabalho. Se todos os estudantes em países de baixo rendimento deixassem a escola a saber ler, 171 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza, segundo o relatório de Monitorização Global da Educação publicado em 2014 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura "Teaching and Learning: Achieving Quality for All."

- **Promove o crescimento e o emprego:** Uma educação de qualidade melhora a economia de um país.

Os países que apostam no ensino de qualidade registam um crescimento económico acima da média. Com melhores empregos e melhores rendimentos, os indivíduos podem consumir mais e dependem menos de políticas públicas contra a pobreza.

- **Promove a saúde:** O relatório da UNESCO, Monitorização Global de Educação para Todos mostrou que uma criança cuja mãe sabe ler tem 50% mais hipóteses de sobreviver depois dos 5 anos de idade. Além de reduzir a mortalidade infantil e diminuir a taxa de fecundidade, a educação também está relacionada com hábitos mais saudáveis. Indivíduos com maior nível de escolaridade também têm menor probabilidade de serem obesos e de fumarem diariamente. Essa

relação permanece evidente independentemente do sexo, da idade e do rendimento.

- **Diminui a violência:** A desigualdade social é um dos fatores relacionados com a violência. A educação tem impacto na diminuição desta desigualdade e também contribui para uma sociedade menos violenta.

- **Garante o acesso a outros direitos:** Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos é por meio do ensino e da educação que se promove o respeito aos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais. O acesso à Educação permite que os indivíduos tenham consciência e conhecimento de que são sujeitos de direitos, isto é, que possuem direitos garantidos por lei e podem exigir que eles se cumpram.

- **Ajuda a proteger o meio ambiente:** A educação ajuda a preservar o meio ambiente, educando as pessoas para decisões sustentáveis, que satisfazem as necessidades presentes sem prejudicar as gerações futuras.

- **Aumenta a felicidade:** As pessoas que estudam mais também se dizem mais felizes do que aqueles que não estudaram ou não puderam estudar.



Há dados que comprovam que trabalhadores com licenciatura não só têm mais facilidade em encontrar emprego como também ganham mais.

Também a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo. Assim, a educação é a chave para uma sociedade mais esclarecida, mais capaz e mais feliz.



A Ciência em Portugal

APESAR DA RECUPERAÇÃO ESTAMOS AQUÉM DA EUROPA

Por Joaquim Neves

Nas últimas décadas a evolução da ciência deu a Portugal mais laboratórios e mais investigadores e o aumento da atividade científica fica bem expresso na produção de artigos publicados em revistas especializadas e nas muitas inovações criadas em Portugal.

Segundo estatísticas oficiais da Pordata, o número de doutorados passou de 274, em 1987, para 2668, em 2013 e 2969 em 2015 (ano mais recente disponível).

Em 1987, os artigos publicados por investigadores portugueses em revistas científicas internacionais totalizavam 740, enquanto que em 2015 ascendiam a 21333. Os cientistas envolvidos em atividades de investigação e desenvolvimento a tempo inteiro em 1986 eram 5722, grande parte dividindo-se pelo ensino superior e o Estado, mas em 2015 já chegavam aos 39579, a maioria concentrada em

universidades. Em 2017 existiam em Portugal um total de 44.322 investigadores. Segundo Elvira Fortunato, diretora do Cenimat – Centro de Investigação dos Materiais, «Portugal já joga na champions league. Tem doutorados de elevada qualidade, o que permitiu formar equipas, grupos e laboratórios com qualidade reconhecida internacionalmente. Em algumas áreas, estamos praticamente de igual para igual com outros países.»

O investimento dirigido à ciência, em percentagem do PIB é um indicador relevante do funcionamento do sistema.

Houve, efetivamente, um crescimento permanente do investimento em ciência e tecnologia até 2009 mas, ao longo dos seguintes cinco anos esse investimento veio a decrescer. Chegou a 1,6 % do PIB em 2009 e, no ano de 2014, tinha baixado, em consequência da crise financeira e económica, para 1,3%. Esse desinvestimento, que se traduziu não só na diminuição da percentagem do PIB mas também no decréscimo do PIB, não podia deixar de afetar seriamente a ciência nacional, refletindo-se na enorme diminuição de bolsas atribuídas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e no corte de 50% no número de unidades de investigação com financiamento.

Os indicadores do mais recente Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) mostram uma tendência de crescimento que começou em 2016 quando, após seis anos de quebra, o país conseguiu



Elvira Fortunato nasceu a 22 de julho de 1964.

Elvira Maria Correia Fortunato é uma cientista, investigadora e professora catedrática portuguesa. É especialista pioneira mundial na eletrónica de papel, nomeadamente em transístores, memórias, baterias, ecrãs, antenas e células solares. É atualmente vice-reitora da Universidade Nova de Lisboa e professora catedrática e investigadora na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

aumentar as despesas com investigação e desenvolvimento (I&D). Em 2017 Portugal investiu 2563 milhões de euros em I&D (mais 175 milhões do que em 2016), o que representa 1,33% do produto interno bruto (PIB), quando em 2016 era ainda de 1,29%. A recuperação existe mas ainda está longe de 2009, ano em que Portugal investiu em I&D mais de 2770 milhões de euros que representavam 1,64% do PIB.



Manuel Heitor, ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, mantém o ambicioso plano para reforçar o investimento em I&D e alcançar entre 2,7 e 3,3% do PIB em 2030. Isto colocaria finalmente Portugal ao nível da média europeia. Os dados da Direção Geral-Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) revelam ainda que, pela primeira vez desde 2012, a despesa privada ultrapassou a despesa pública, aumentando 12% em 2017 e representando mais de metade da despesa nacional em I&D.

Além destes indicadores a despesa em I&D do sector de ensino superior também cresceu cerca de 2,2%. Falta agora o incentivo a que as empresas empreguem mais trabalhadores doutorados. Ao contrário dos EUA em que cerca de 45% do doutorados trabalham em empresas, em Portugal esse número ronda os 8%. É necessário, pois, apostar em recursos humanos qualificados e evitar que "fujam" para países que beneficiam do esforço de formação feito por Portugal.

Manuel Heitor,
Ministro da
Ciência,
Tecnologia e
Ensino Superior
desde
26/11/2015



Objetivo para 2019

1,7%

peso da despesa em investigação no PIB

IPATIMUP

É um Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto, é uma associação privada, sem fins lucrativos e de Utilidade Pública, criada em 1989 sob a égide da Universidade do Porto. O IPATIMUP foi um dos quatro primeiros laboratórios Associados do Ministério da Ciência criados em Portugal e está instalado num edifício com cerca de 4000m² no Pólo 2 da U.Porto.

CURIOSIDADE:

O LZR Racer usado pelo nadador Michael Phelps foi concebido em Portugal, numa parceria entre a empresa Petratex, de Paços de Ferreira, e a Speedo.

O material foi desenvolvido em Portugal e a empresa nacional garante que o tecido inovador permite reduzir entre 5 a 10% a fricção dentro de água.



Decorrerá durante os dias 8, 9 e 10 de julho de 2019 o Encontro Ciência 2019 no Centro de Congressos de Lisboa.

O Encontro destina-se a promover o debate alargado dos principais temas e desafios da Ciência e do universo da investigação. O seu principal objetivo é estimular a participação e a interação entre investigadores, empresas e o público em geral.

Em 2019 celebra-se: os 100 anos da expedição de Arthur Eddington a São Tomé e Príncipe, os 100 anos da União Astronómica Internacional (IAU), os 50 anos da primeira aterragem do homem na Lua, os 500 anos da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães, e os 150 anos da criação da Tabela Periódica dos Elementos Químicos, tendo as Nações Unidas e a UNESCO declarado que 2019 seria o Ano Internacional da Tabela Periódica dos Elementos Químicos.

UM POUCO SOBRE NÓS...

O ESTADO PORTUGUÊS

Por Telmo Silva

A Constituição da República Portuguesa, em vigor desde 1976, define o Estado português no seu artigo nº1, da seguinte forma:

“ O Estado Português é uma República soberana, baseado na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. “



SISTEMA POLÍTICO

Portugal tem um regime semipresidencialista. O Presidente da República, que é o chefe de Estado, detém o poder de nomear o primeiro – ministro, que é o chefe de Governo, e de dissolver a Assembleia da República.

Administrativamente, o país está dividido em 308 concelhos, subdivididos em 3092 freguesias. Do ponto de vista operacional, as únicas unidades administrativas locais juridicamente identificáveis são o concelho e a freguesia, incluindo os das regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

ÓRGÃOS DE SOBERANIA.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Assembleia da República é o órgão legislativo do Estado Português. É o segundo órgão de soberania de uma República constitucional. É um parlamento unicameral, sendo composto por 230 deputados, eleitos por círculos plurinominais para mandatos de 4 anos. A Assembleia da República reúne-se diariamente no Palácio de São Bento, na freguesia da Estrela, em Lisboa.



O presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, nomeia o Primeiro-Ministro, nomeia, ou exonera, os restantes membros do Governo "sob proposta do Primeiro-Ministro", pode presidir ao Conselho de Ministros, pode dirigir mensagens à Assembleia da República, promulga e veta leis, pode indultar e comutar penas, declarar guerra e a paz e o estado de sítio e de emergência.



Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República desde 9 de março de 2016

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Presidente da República é a autoridade máxima de um Estado Republicano. O Presidente da República é o Chefe do Estado. e, nos termos da Constituição, ele "representa a República Portuguesa", "garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas". A qualificação do Presidente como "representante da República" e "garante da independência nacional" fazem com que o Presidente, não exercendo funções executivas diretas, possa ter, assim, um papel político ativo e conformador. O Presidente da República é eleito pelos cidadãos, por sufrágio direto e universal, para um mandato de 5 anos, não podendo ser reeleito para um terceiro mandato consecutivo.

GOVERNO

O Governo, segundo o Art.º 182º da Constituição da República Portuguesa «é o órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da Administração Pública.» O governo é, usualmente, utilizado para designar a instância máxima de administração executiva, geralmente reconhecida como a liderança de um Estado ou uma nação. Governo é a expressão que define o núcleo diretivo do Estado, alterável por eleições e responsável pela gestão dos interesses do Estado e pelo exercício do poder político. Em Portugal, o Governo é constituído pelo Primeiro-Ministro, pelos Ministros e pelos Secretários e Subsecretários de Estado. Pode incluir um ou mais Vice-Primeiros-Ministros.



António Luís Santos da Costa, é o atual secretário-geral do Partido Socialista, desde novembro de 2014 e é primeiro-ministro de Portugal desde 26 de novembro de 2015.



TRIBUNAIS

Segundo o texto Constitucional, os Tribunais são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo. Deles emanam decisões vinculativas para todas as entidades públicas e privadas, prevalecendo sobre as de quaisquer outras autoridades.

Em Portugal existem atualmente 4 jurisdições: Jurisdição Constitucional (Tribunal Constitucional), Jurisdição Comum (Tribunais Judiciais), Jurisdição Administrativa (Tribunais Administrativos e Fiscais) e Jurisdição Financeira (Tribunal de Contas)

Existiu também a jurisdição militar, distinta das demais, até 2003, quando foi extinta e os Juizes Militares integraram os Tribunais Judiciais.

Existe ainda o Tribunal de Conflitos, a quem compete dirimir os conflitos de jurisdição.

Símbolos Nacionais

A BANDEIRA

A bandeira portuguesa é composta por duas faixas verticais. Uma verde na parte esquerda que representa 40% da bandeira e outra vermelha, na parte direita, com 60% da área. Na divisa entre as duras cores há o escudo de Armas de Portugal, assentado na esfera armilar manuelina.

A bandeira de Portugal foi adotada em 30 de junho de 1911.

O HINO

A Portuguesa, nasceu como uma canção de cariz patriótico em resposta ao ultimato britânico para que as tropas portuguesas abandonassem as suas posições em África, no denominado "Mapa cor-de-rosa". A letra foi escrita por Henrique Lopes de Mendonça e a música foi composta por Alfredo Keil em 1890. A "Portuguesa", veio a transformar-se no hino em 1911.

O TERRITÓRIO - Constituição

Segundo o artº6º da CRP, o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autônomico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública. Os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos e de órgãos de governo próprio.

O território soberano abrange

o espaço terrestre historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira. A lei define a extensão e o limite das águas territoriais, que são de 12 milhas náuticas a partir da costa.

Quadro I - Constituição do território:		Área
A – Portugal Continental		89 000 Km ²
B – Portugal Insular		
B1 – Arquipélago dos Açores:		
Ilhas do grupo Ocidental	- Corvo - Flores	2 300 Km ²
Ilhas do grupo Central	- Faial - S. Jorge - Pico - Terceira - Graciosa	
Ilhas do grupo Oriental	- S. Miguel - Santa Maria	
B2 – Arquipélago da Madeira:		
Ilhas	- Madeira - Porto Santo	800 Km ²
Totalidade da área do país		92100 km²

O que é?

UNIÃO EUROPEIA

Por Maria Gonçalves

Símbolos da UE

BANDEIRA EUROPEIA

A Bandeira Europeia é o símbolo da União Europeia e da unidade e identidade da Europa numa aceção mais lata. É constituída por doze estrelas douradas dispostas em círculo sobre um fundo azul, que simbolizam os ideais de unidade, solidariedade e harmonia entre os povos da Europa. O círculo é um símbolo de unidade já o número de estrelas não está relacionado com o número de países da UE.



HINO EUROPEU

A melodia escolhida para simbolizar a UE é o «Hino à Alegria», composto por Ludwig Van Beethoven em 1823, enquanto parte da Nona Sinfonia, para o poema com o mesmo nome de Friedrich Schiller, de 1785. Este Hino simboliza não só a União Europeia, mas também a Europa num sentido mais lato. O poema «Hino à Alegria» evoca o ideal da fraternidade de Schiller, partilhado por Beethoven.

Em 1972, o Conselho da Europa adotou o «Hino à Alegria» de Beethoven como o hino desta organização. Em 1985, foi a vez dos dirigentes europeus de também o adotarem como hino oficial da União Europeia.

DIA DA EUROPA

Todos os anos, no Dia da Europa, comemorado a 9 de Maio, festeja-se a paz e a unidade do continente europeu. Esta data assinala o aniversário da histórica «Declaração Schuman». Num discurso proferido em Paris, em 1950, Robert Schuman, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, expôs a sua visão de uma nova forma de cooperação política na Europa, que tornaria impensável a eclosão de uma guerra entre países europeus.

A sua visão passava pela criação de uma instituição europeia encarregada de gerir em comum a produção do carvão e do aço. Menos de um ano mais tarde, era assinado um tratado que criava uma entidade com essas funções. Considera-se que a União Europeia atual teve início com a proposta de Schuman.

A **União Europeia** é uma união económica de características únicas, constituída por 28 países europeus que, em conjunto, abarcam grande parte do continente europeu.

Os primeiros passos foram dados no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e visavam incentivar a cooperação económica, partindo do pressuposto de que se os países tivessem relações comerciais entre si se tornariam economicamente dependentes uns dos outros, reduzindo assim os riscos de conflitos.

Foi assim, que, em 1958, foi criada a Comunidade Económica Europeia (CEE), então constituída por seis países: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

Desde então, mais 22 países aderiram a esta grande organização, formando um enorme mercado único (também conhecido como «mercado interno») que continua a evoluir para atingir o seu pleno potencial.

O que começou por ser uma União meramente económica evoluiu para uma organização com uma vasta gama de domínios de intervenção, desde o clima, o ambiente e a saúde até às relações externas e a segurança, passando pela justiça e a migração. Em 1993, a Comunidade Económica Europeia (CEE) passou a chamar-se União Europeia (UE), refletindo esta evolução. Atualmente os 28 países membros são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia.



DIVISA DA UE

A divisa da União Europeia, «Unida na Diversidade», começou a ser utilizada em 2000.

Esta divisa evoca a forma como os europeus se uniram e formaram a UE para trabalhar em conjunto pela paz e prosperidade, sem nunca esquecer a enriquecedora diversidade de culturas, tradições e línguas que caracteriza o continente europeu.

A divisa da UE em algumas línguas oficiais:

- Alemão : In Vielfalt geeint
- Croata: Ujedinjeni u različitosti
- Eslovaco : Zjednotení v rozmanitosti
- Finlandês : Moninaisuudessaan yhtenäinen



UMA NOTA:

O Euro é a segunda moeda mais utilizada nas operações financeiras em todo o mundo, representando 39% do seu volume, com exclusão dos pagamentos dentro da zona Euro, expressos em Euros.

A MOEDA DA UE

O EURO



O Euro é a moeda oficial de 19 países (Áustria, Bélgica, Chipre, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal, Eslováquia, Eslovénia e Espanha) de 28.

A introdução do Euro em 2002 foi o culminar de um longo percurso de mais de 40 anos. O Banco Central Europeu e a Comissão Europeia são responsáveis pela manutenção do valor e da estabilidade do euro e pela definição dos critérios a preencher pelos da UE que pretendam aderir à zona euro.

O Euro é projetado para ajudar a construir um mercado único, por exemplo: flexibilização de viagens de cidadãos e bens, eliminação de problemas de taxa de câmbio, proporcionando de transparência dos preços, criando um mercado financeiro único, a estabilidade dos preços e das taxas de juro baixas e proporcionando uma moeda usada internacionalmente e protegida contra choques pela grande quantidade de comércio interno na zona Euro.

Órgãos da União Europeia

Por *Beatriz Sousa*

CONSELHO EUROPEU

Fundado como instituição da U.E. em 2009, o Conselho Europeu define as orientações e prioridades políticas gerais da União Europeia. É o conselho europeu que decide sobre as orientações gerais e as prioridades políticas, mas não aprova legislação, trata de questões complexas e sensíveis que não podem ser resolvidas a níveis inferiores de cooperação intergovernamental, define a política externa e de segurança comum da U.E. tendo em conta os interesses estratégicos e as implicações em termos de defesa, designa e nomeia candidatos a determinados altos cargos nas instituições da U.E. Em relação a cada questão agendada, o Conselho Europeu pode instar a Comissão Europeia a elaborar uma proposta e transmitir a questão ao Conselho da U.E. O Conselho Europeu reúne, pelo menos duas vezes por semestre em Bruxelas, os chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros e os presidentes da Comissão e do Conselho.



COMPOSIÇÃO DO CONSELHO EUROPEU

Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros
Presidente do Conselho Europeu
Presidente da Comissão Europeia
Alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Funções

Define as orientações e prioridades políticas gerais da UE



PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento europeu que foi criado em 1962, é um órgão da UE diretamente eleito, com responsabilidades legislativas, orçamentais e de supervisão, através desses 3 tipos de poderes, o Parlamento decide sobre os acordos internacionais, decide sobre os alargamento, analisa o programa de trabalho da Comissão e convida-a a propor legislação, exerce o controlo democrático de todas as instituições da EU, concede quitação, isto é, aprova a forma como o orçamento da UE é gasto, examina as petições dos cidadãos e abre inquéritos, debate a política monetária com o Banco Central Europeu, interroga a Comissão e o Conselho, realiza observações eleitorais, define o orçamento da UE, juntamente com o Conselho e aprova o quadro financeiro plurianual da U.E. ao Parlamento foram concedidos recentemente pelo Tratado de Lisboa amplos poderes na designação da Comissão, que vão desde a escolha do presidente da Comissão Europeia, por proposta do Conselho Europeu, até à aprovação pelo Parlamento Europeu de todo o elenco da Comissão Europeia (o chamado voto de confiança).

ESTRUTURA

DO PARLAMENTO EUROPEU

PRESIDENTE

14 vice-presidentes
5 questores (papel consultivo)

O presidente, o vice-presidente e os questores (membros do Parlamento Europeu com funções administrativas e financeiras) compõem a *Mesa* do Parlamento Europeu, eleita pelo Parlamento para um mandato de dois anos e meio. Existe também o órgão político denominado Conferência dos Presidentes, composto pelo presidente do Parlamento e pelos presidentes dos grupos políticos. Este órgão é responsável pela organização do trabalho do Parlamento e pelas relações com as restantes instituições da UE e com outras instituições extracomunitárias.

O Parlamento tem a sua sede em Estrasburgo, onde se realizam 12 sessões plenárias por ano, incluindo a sessão relativa ao orçamento. Outras sessões plenárias são realizadas em Bruxelas, onde os comités também se reúnem. Contudo, o Secretariado-Geral do Parlamento tem a sua sede no Luxemburgo. A decisão do Conselho de 1992 relativa a estas localizações foi confirmada no Protocolo n.º 6 do Tratado de Lisboa. Um resultado pouco satisfatório desta decisão é que os deputados do Parlamento Europeu, bem como uma parte dos seus funcionários e agentes, veem-se obrigados a deslocações frequentes a Estrasburgo, Bruxelas e ao Luxemburgo, o que é muito dispendioso.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Conselho da união europeia foi instituído em 1958 e é a Voz dos governos dos países UE, aprova a legislação e coordena as políticas. O mesmo negocia e adota a legislação europeia, juntamente com o Parlamento Europeu, com base em propostas da Comissão Europeia, coordena as políticas dos países da EU, define a política externa e de segurança, com base nas orientações do Conselho Europeu, celebra acordos entre a UE e outros países ou organizações internacionais e aprova o orçamento da UE em conjunto com o Parlamento Europeu. No Conselho da UE estão representados os governos dos Estados-Membros. Os 28 Estados-Membros enviam um representante, geralmente os ministros responsáveis pelas questões previstas para debate e/ou os respetivos secretários de Estado. É importante que o representante de cada Estado-Membro tenha poderes para vincular o seu governo. A presidência é exercida rotativamente pelos países da UE, por períodos de 6 meses.

AS DEZ FORMAÇÕES DO CONSELHO

Um representante do Governo de cada Estado-Membro ao nível ministerial, com uma composição que varia de acordo com o assunto a tratar

Presidida pelo alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança:

■ Negócios Estrangeiros

Presidida pelo Estado-Membro que exerce a Presidência do Conselho:

- Assuntos Gerais
- Assuntos Económicos e Financeiros
- Justiça e Assuntos Internos
- Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores
- Competitividade
- Transportes, Telecomunicações e Energia
- Agricultura e pescas
- Ambiente
- Educação, Juventude, Cultura e Desporto

COMISSÃO EUROPEIA



A Comissão é o principal motor da política da UE. Está na origem de toda a ação da União, já que lhe compete apresentar ao Conselho propostas legislativas para a UE (o chamado direito de iniciativa da Comissão).

A Comissão europeia foi criada em 1958 e defende os interesses gerais da UE. A comissão europeia propõe novas leis, gere as políticas europeias e distribui os fundos da união europeia, zela pelo cumprimento do direito europeu juntamente com o Tribunal de justiça e representa a união europeia a nível internacional.

COMPOSIÇÃO

28 membros
Incluindo
Presidente
Primeiro vice-presidente
Alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança
5 outros vice-presidentes
20 comissários

Funções

Iniciar a legislação da União	Monitorizar a observância e a adequada aplicação do direito da União	Administrar e aplicar a legislação da União	Representar a UE nas organizações internacionais
-------------------------------	--	---	--

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça da União Europeia foi criado em 1952 tem como missão velar para que o direito europeu seja interpretado e aplicado da mesma forma em todos os países da UE e garantir que as instituições e os países da UE respeitam o direito europeu. O TJUE faz a interpretação e aplicação da legislação, anula os atos legislativos europeus, tem obrigação de ação e aplica sanções às instituições europeias.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Composição

28 juizes e 11 advogados-gerais nomeados pelos governos dos Estados-Membros de comum acordo por um período de seis anos

Tipos de processos

Ações por incumprimento dos Tratados: Comissão contra um Estado-Membro (artigo 258.º do TFUE);

Estado-Membro contra Estado-Membro (artigo 259.º do TFUE)

Recursos de anulação e ações por omissão de uma Instituição da UE ou um Estado-Membro (contra o PE e/ou o Conselho) relativamente a atos jurídicos ilegais ou omissão de atos jurídicos (artigos 263.º e 265.º do TFUE)

Reenvio prejudicial a pedido de um órgão jurisdicional de um Estado-Membro sobre a interpretação e a validade do direito da União (artigo 267.º do TFUE)

Recursos contra decisões do Tribunal Geral (artigo 256.º do TFUE)

O Tribunal de Justiça é a jurisdição suprema para todas as questões decorrentes do direito da União. Compete-lhe na generalidade e para esse efeito «garantir o respeito do direito na interpretação e aplicação dos Tratados».

Qualquer cidadão ou empresa que se considere lesado na sequência de uma ação ou de inação de uma instituição europeia ou do respetivo pessoal, pode recorrer para o TJUE, de duas formas:

- **indiretamente** através dos tribunais nacionais, os quais podem decidir remeter o caso para o TJUE
- **diretamente** para o Tribunal Geral, se uma decisão de uma instituição europeia o afetou direta e individualmente.

BANCO CENTRAL EUROPEU

O BCE fixa as taxas de juros dos empréstimos que concede aos bancos comerciais na zona euro, gere as reservas de divisas da zona euro e a compra e venda de divisas para equilibrar as taxas de câmbio, garante uma supervisão adequada dos mercados e instituições financeiras nacionais e a segurança e a solidez do sistema bancário europeu.

Funções: gerir o euro, manter a estabilidade dos preços e conduzir a política económica e monetária da UE

Presidente: Mario Draghi

Membros: o Presidente e o Vice-Presidente do BCE bem como os governadores dos bancos centrais de todos os países da UE

Criado em 1998

Sede: Frankfurt (Alemanha)



TRIBUNAL DE CONTAS

Funções: controlar a cobrança e a utilização dos fundos da UE e ajudar a melhorar a gestão financeira da UE

Presidente: Klaus-Heiner Lehne

Membros: 1 de cada país da UE

Instituído em 1977

Sede: Luxemburgo

O TCE audita as receitas e despesas da UE, para verificar se os fundos são corretamente cobrados e gastos, controla as pessoas e as organizações que gerem fundos da UE, apresenta as suas conclusões e recomendações em relatórios de auditoria dirigidos à Comissão Europeia e aos Estados-Membros, comunica suspeitas de fraude, corrupção ou atividades ilícitas ao Organismo Europeu de Luta Antifraude, elabora um relatório anual dirigido ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, que o Parlamento analisa antes de proceder à aprovação do orçamento da EU e emite pareceres especializados dirigidos aos responsáveis políticos sobre como melhor gerir os dinheiros públicos e prestar contas da sua utilização aos cidadãos.



COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL

Funções: instância consultiva que representa as organizações de trabalhadores e de empregadores e outros grupos de interesse

Presidente: Luca Jahier

Membros: 350 de todos os países da UE

Criado em 1957

Sede: Bruxelas (Bélgica)

O CESE tem como funções velar por que política e a legislação da UE atendam às condições económicas e sociais, tentando chegar a um consenso favorável ao interesse geral, promover uma UE participativa dando voz às organizações de trabalhadores e de empregadores e a outros grupos de interesse e mantendo o diálogo com todos os intervenientes e defender os valores da integração europeia e a causa da democracia participativa e das organizações da sociedade civil.



COMITÉ DAS REGIÕES



Foi criado em 1994 e é um órgão consultivo que representa as autoridades locais e regionais europeias. A Comissão Europeia, o Conselho da UE e o Parlamento Europeu devem consultar o CRE quando elaboram textos legislativos sobre matérias em que as autoridades regionais e locais têm uma palavra a dizer, se tal não acontecer, o CRE pode rinterpor uma ação junto do Tribunal de Justiça, Uma vez recebida a proposta legislativa, o CRE elabora e aprova um parecer que envia às outras instituições europeias. O Comité das Regiões Europeu emite também pareceres de sua própria iniciativa.

SERVIÇO EUROPEU PARA A AÇÃO EXTERNA

Foi fundado em 2011 gere as relações diplomáticas da UE com os países não pertencentes à UE e condução da política externa e de segurança europeia. O SEAE apoia o Alto Representante da UE na condução da política externa e de segurança da EU, gere as relações diplomáticas e as parcerias estratégicas com países que não pertencem à EU e colabora com os serviços diplomáticos nacionais dos países da UE, as Nações Unidas e outras potências mundiais.

AS DECISÕES DA UNIÃO EUROPEIA PODEM SER:

Regulamentos da união europeia: é um ato legislativo vinculativo, aplicável em todos os seus elementos em todos os países da UE.

Diretivas da união europeia: é um ato legislativo que fixa um objetivo geral que todos os países da UE devem alcançar. Contudo, cabe a cada país elaborar a sua própria legislação para dar cumprimento a esse objetivo.

Decisões da união europeia: só é vinculativa para os seus destinatários específicos (por exemplo, um país da UE ou uma empresa), sendo-lhes diretamente aplicável.

Recomendações da união europeia: não é vinculativa. Uma recomendação permite às instituições dar a conhecer os seus pontos de vista e sugerir uma linha de conduta sem, todavia, impor uma obrigação legal aos seus destinatários.

Pareceres da união europeia: é um instrumento que permite às instituições fazer uma declaração de forma não vinculativa, ou seja, sem impor qualquer obrigação legal aos seus destinatários. Um parecer não é vinculativo. Pode ser emitido pelas principais instituições da UE (Comissão, Conselho, Parlamento), pelo Comité das Regiões ou pelo Comité Económico e Social Europeu. Quando está a ser elaborada legislação, os comités emitem pareceres sobre essa legislação consentâneos com o seu ponto de vista especificamente regional, económico ou social. Por exemplo, o Comité das Regiões emitiu um parecer sobre o Pacote relativo à política de ar limpo para a Europa.

O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Por Ana Carina Moreira

O comércio Internacional é a troca de bens e serviços através de fronteiras internacionais ou territórios. Na maioria dos países, ele representa uma grande percentagem do PIB. O comércio internacional está presente em grande parte da história da humanidade, mas a sua importância económica, social e política tornou-se crescente nos últimos séculos. O avanço industrial, dos transportes, a globalização, o surgimento das corporações multinacionais e outsourcing tiveram grande impacto neste comércio.

O volume do comércio Mundial aumentou vinte vezes desde 1950 até hoje.

As relações de intercâmbio comercial, a nível internacional, desenvolvem-se, por meio de:

- **Importações** (aquisição de bens e serviços fora do país);
- **Exportações** (venda de mercadorias e serviços aos outros países).

A **Balança Comercial** é a relação que existe entre o que se compra no exterior (importações) e o que se vende (exportações).

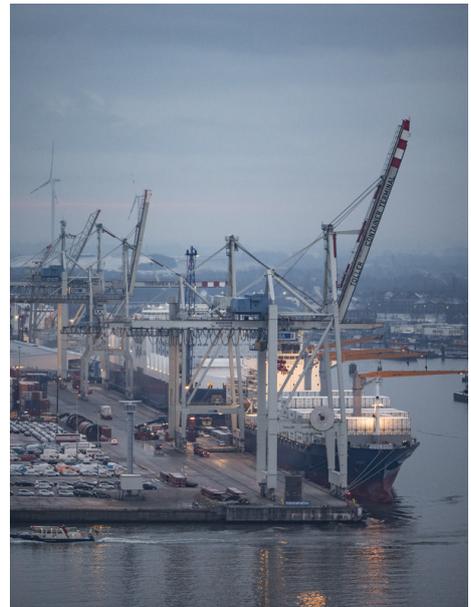
Balança Comercial = Exportações - Importações

Se o valor das compras ao exterior - importações - é inferior ao valor das vendas no exterior - exportações - diz-se que a Balança Comercial do país é favorável, positiva ou existe um superávit comercial.

Quando o valor das compras realizadas ao exterior - importações - é superior ao valor das vendas conseguidas ao estrangeiro - exportações - a balança comercial é desfavorável, negativa ou deficitária.

A saber...

As exportações dos países em desenvolvimento consistem, sobretudo, em produtos alimentares, recursos energéticos e matérias-primas. Estes produtos são de baixo valor comercial. A transformação desses produtos necessita de recursos tecnológicos e de capital que os países em desenvolvimento não possuem. São os países desenvolvidos que possuem tais recursos. Os países desenvolvidos transformam matérias-primas que vendem a elevado preço, obtendo assim vantagem económica para a sua balança comercial. Os produtos industriais, de elevado valor comercial, produzidos nos países desenvolvidos, são trocados pelos produtos agrícolas ou matérias-primas de baixo preço no comércio internacional, obtidos nos países em desenvolvimento. Nesta relação desigual, muitas vezes são os países desenvolvidos que estabelecem os preços dos produtos que compram e o preço dos produtos que vendem.



Evolução do Comércio no Mundo

É através do comércio que se realizam as trocas de bens entre pessoas, regiões e países.

O comércio é uma atividade económica que, nos últimos anos, tem sofrido uma profunda transformação.

Ao longo da história do ser humano, a atividade comercial tem adquirido uma importância económica crescente. Mas foi desde a segunda metade do século XX que se registou uma grande expansão do comércio internacional de mercadorias.

Fatores que influenciam o crescimento do comércio:

O grande aumento do comércio mundial tem como principais razões:

- O crescimento da população mundial, que fez aumentar o consumo de bens e serviços;
- a intensificação da produção industrial, que fez aumentar muita oferta;
- a modernização de transportes, que aumentou o volume do tráfego de mercadorias;
- o desenvolvimento das telecomunicações, que desenvolveu a publicidade e possibilitou a realização de negócios a longas distâncias;
- o desenvolvimento do mundo empresarial, a um maior número de empresas corresponde a um aumento dos negócios estabelecidos e das trocas comerciais efetuadas;
- a globalização da economia, que faz com que certas marcas e certos produtos assumam uma dimensão mundial, no que diz à sua produção e ao seu consumo.

Por este motivo, a maioria das transações comerciais efetuadas no mundo inteiro são de produtos industriais. Foi, aliás, este tipo de produtos onde registou um maior crescimento do comércio internacional por grupo de mercadorias.

A Balança Corrente

Na Balança Corrente de um país registamos fluxos que se estabelecem as unidades residentes e as unidades não residentes, durante um determinado período de tempo, em geral um ano, referentes a bens, serviços, rendimentos e transferências correntes. Portanto, esta balança inclui as transações que têm um carácter regular com o resto do mundo como as exportações, as importações, os rendimentos dos fatores produtivos e transferências unilaterais. A balança corrente é um dos principais indicadores sobre o comércio internacional de um país. Quando esta apresenta um saldo positivo, isto é, um superavit externo, então indica que os seus ativos no estrangeiro aumentaram, e vice-versa. Também é de notar que uma balança corrente negativa (deficit externo) implica que a economia do país está a ser financiada por poupança externa.

Balança corrente	
	Balança de bens Regista as importações e as exportações de bens.
	Balança de serviços Regista os fluxos relativos a recebimentos e pagamentos de serviços, como os de transporte ou os de viagens e turismo.
	Balança de rendimentos Regista os fluxos de entradas e saídas do país de divisas correspondentes a os rendimentos do trabalho e aos rendimentos de investimento.
	Balança de transferências correntes Regista os fluxos relativos a transferências sem contrapartida, como o caso das remessas dos emigrantes/imigrantes ou das transferências com a UE.

Alguns dados...

Gráfico 1.a.1. | Portugal | Saldo da Balança de Bens e Serviços | % PIB | 2010-2017



Principais Fornecedores Bens 2017 (jan-dez)

	Posição	% Total Importações
ES: Espanha	1.ª	32,03%
DE: Alemanha	2.ª	13,70%
FR: França	3.ª	7,38%
IT: Itália	4.ª	5,46%
NL: Países Baixos	5.ª	5,35%

Nota: Dados preliminares de 2017.

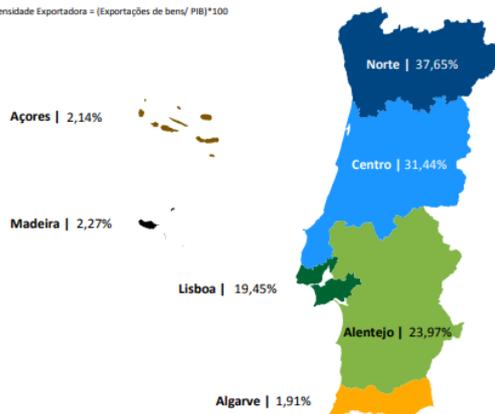
Principais Clientes Bens 2017 (jan-dez)

	Posição	% Total Exportações
ES: Espanha	1.ª	25,20%
FR: França	2.ª	12,51%
DE: Alemanha	3.ª	11,37%
GB: Reino Unido	4.ª	6,62%
US: Estados Unidos	5.ª	5,16%

Intensidade Exportadora

Portugal | 2016 | Dados preliminares | 27,02%

Intensidade Exportadora = (Exportações de bens / PIB)*100



Fonte do Mapa: INE

Data atualização dados: 10-05-2018

Mais informação...

A taxa de cobertura

A taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens é um dos indicadores económicos utilizados na análise da situação do comércio externo de bens. Este indicador dá-nos a conhecer a percentagem das importações que é coberta (ou paga) pelas exportações de bens, sendo calculada através da fórmula seguinte:

$$\text{Taxa de cobertura} = \frac{\text{valor das exportações}}{\text{valor das importações}} \times 100$$

O valor da taxa de cobertura poderá apresentar uma das seguintes situações:

- **superior a 100%**, o que significa que o valor das exportações é superior ao valor das importações, isto é, o valor das exportações consegue pagar todas as importações efetuadas pelo país, permitindo a acumulação de divisas;
- **inferior a 100%**, o que significa que o valor das importações é superior ao valor das exportações, isto é, o valor das importações apenas consegue pagar parte das importações efetuadas pelo país, tendo de se utilizar as divisas existentes ou de se recorrer a empréstimos;
- **igual a 100%**, o que significa que o valor das exportações é igual ao valor das importações, ou seja, o país não utilizou nem acumulou divisas.

F1 | Evolução da taxa de cobertura das importações pelas exportações de mercadorias Intra + Extra UE



GEE, Síntese Estatística do Comércio Internacional, maio de 2014, in <http://www.gee.min-economia.gov.pt>

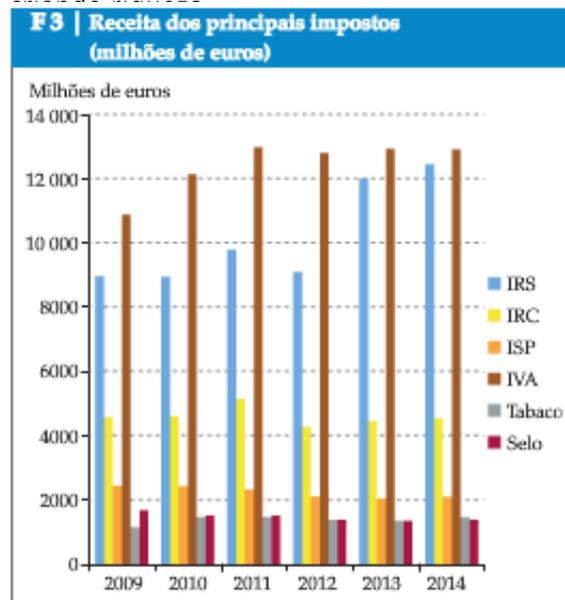
O ORÇAMENTO DO ESTADO

O que é?

Por Fabiana Santos Silva

O Orçamento do Estado constitui um instrumento de intervenção na esfera económica e social. Através da cobrança de receitas e da realização de despesas, o Estado influencia o comportamento dos agentes económicos.

Através da cobrança de impostos, nomeadamente os diretos, o Estado interfere na redistribuição de rendimentos, fazendo um nivelamento, e ainda na capacidade de consumo e de poupança dos agentes económicos. Os impostos indiretos, ao incidirem sobre os bens e serviços adquiridos, podem afetar o consumo, a procura, e, conseqüentemente, a produção e a oferta. Portanto, na definição das receitas a cobrar para determinado ano, o Estado deve antecipar a reação dos agentes económicos à aplicação dos diferentes tipos de impostos. Do lado da despesa, o Estado pode atuar na esfera económica e também na esfera social. O aumento das despesas do Estado traduz-se, normalmente, num impacto positivo, quer para os agentes económicos quer para a atividade económica, estimulando o seu crescimento, erando emprego e...



São exemplo de **impostos diretos** em Portugal:

- o **IRS** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – que incide sobre o rendimento dos trabalhadores por conta de outrem;
- o **IRC** – Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas – que incide sobre os lucros das empresas;
- o **ISD** – Imposto sobre Sucessões e Doações.

São exemplos de **impostos indiretos** em Portugal:

- o **IVA** – Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- o **ISP** – Imposto sobre os Produtos Petrolíferos;
- o **ISV** – Imposto sobre Veículos;
- o **IT** – Imposto de Consumo sobre o Tabaco;
- o **IABA** – Imposto sobre o Alcool e as Bebidas Alcoólicas;
- o **IS** – Imposto de Selo;
- o **IUC** – Imposto Único de Circulação.

O orçamento do Estado é um documento sob a forma de lei, que apresenta uma descrição detalhada de todas as receitas e de todas as despesas do Estado. Este documento é emitido pelo Governo e tem que ser autorizado pela Assembleia da República, tendo que ser previamente apresentado até ao dia 15 de Outubro de cada ano e votado até ao dia 15 de Dezembro.

Se o orçamento de Estado não for aprovado a tempo de ser aplicado no ano seguinte, mantém-se o orçamento que está em vigor.

O SALDO ORÇAMENTAL

O saldo orçamental é a diferença entre as receitas e as despesas públicas, relativamente a um ano.

O saldo orçamental pode ser:

positivo/superavit, que acontece quando as receitas são superiores às despesas;

negativo/deficitário, que acontece quando as receitas são inferiores às despesas;

nulo, se as receitas forem iguais às despesas.

Nas previsões macroeconómicas para os próximos quatro anos e as metas com as quais se compromete com Bruxelas, o Governo espera que Portugal venha a apresentar uma evolução positiva. Refere que a economia vai continuar a crescer acima de 2% e que o saldo orçamental, que foi deficitário em 0,7% do PIB em 2018, vai passar a excedente a partir de 2020. Em 2019, o défice previsto será de 0,2%.

SALDO GLOBAL



FUNÇÕES DO ORÇAMENTO

No orçamento do Estado existem 3 funções, que permitem uma adaptação das despesas às receitas, limitação das despesas e exposição ao plano financeiro do Estado.

A função económica é a previsão da atividade financeira.

A função política dá a autorização para a realização dessa atividade.

A nível Jurídico, o controlo legislativo dos poderes das administrações públicas no domínio financeiro.

REGRAS DO ORÇAMENTO

As regras clássicas do orçamento do Estado devem ser rigorosamente seguidas.

A primeira regra é a **anualidade** – o orçamento é válido para 1 único ano. A **integridade** é a segunda regra - em cada ano, o Estado deve elaborar apenas um Orçamento (**unidade**), no qual todas as despesas devem estar inscritas (**universalidade**). A regra da **discriminação** orçamental, que comporta três regras relativas à forma de inscrição orçamental das receitas e despesas: a **especificação** (deve ser especificada cada receita a cada despesa), a **não-compensação** (os montantes devem constar no Orçamento de uma forma bruta) e a **não-consignação** (todas as receitas devem servir para cobrir todas as despesas, não se podendo afetar quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas). O orçamento tem de ser publicado – regra da **publicidade**. Por último, a regra do **equilíbrio** orçamental – o orçamento deve ser elaborado de forma a que as receitas previstas cubram na realidade as despesas previstas.

Em Portugal, o regime jurídico do Orçamento de Estado é dualista: a Assembleia da República aprova a Lei do Orçamento (com o conteúdo mínimo previsto no artº 108º, n.º 1 da Constituição) e o Governo o Decreto-Lei Orçamental.

A Lei 6/91 de 20 de fevereiro é o diploma legal atualmente em vigor que enquadra o Orçamento Geral do Estado.

A Dívida Pública

Por Ricardo Ribeiro

A Dívida Pública de Portugal, também denominada como dívida das administrações públicas de Portugal, é o valor que o Estado português deve, externa e internamente, através dos seus diversos compromissos financeiros. A dívida pública mede o endividamento das administrações públicas de um país.

As Administrações Públicas compreendem:

- **A administração Local** - incluindo os órgãos de administração local ao nível de distritos, municípios e freguesias;
- **A administração Regional** - órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos das regiões autónomas;
- **A administração Central** - serviços administrativos do Estado e outros organismos centrais - cuja competência respeita à totalidade do território económico;
- **Os Fundos da Segurança Social.**

Existem várias formas de medir a Dívida Pública. Em Portugal, e nos outros países da União Europeia, utiliza-se uma definição harmonizada que é, muitas vezes, designada por “dívida de Maastricht”. De acordo com esta definição, a dívida pública corresponde ao montante contratualmente acordado pelo qual as administrações públicas terão de reembolsar os credores na data de vencimento. Engloba as responsabilidades em depósitos e equiparados constituídos junto das administrações públicas (como são os certificados de aforro ou do Tesouro), os títulos de dívida emitidos (destacando-se, entre outros, as obrigações e os bilhetes do Tesouro) e os empréstimos obtidos por estas entidades. Segundo a definição harmonizada, a Dívida Pública não engloba alguns instrumentos financeiros, nomeadamente os derivados financeiros e os outros débitos (nos quais se incluem as dívidas comerciais). A Dívida Pública é compilada de forma consolidada, pelo que não inclui as dívidas de entidades das administrações públicas que sejam detidas por outras entidades das administrações públicas.

No final do primeiro semestre de 2016, a dívida pública de Portugal, na ótica de Maastricht, era de 131,6% do PIB, ou seja cerca de 240 mil milhões de euros, valor que representa aproximadamente 23 mil euros por habitante. O valor em causa, corresponde aproximadamente a um ano e três meses de produção nacional.

Segundo o Eurostat, em 2017, quinze estados-membros apresentaram uma dívida pública superior aos 60%, tendo as mais elevadas sido registadas na Grécia (176% do PIB), em Itália (131,2%), em Portugal (124,8%) - com um recuo face aos (129,2%) de 2016 - na Bélgica (103,4%) e em França (98,5%).

Os menores rácios da dívida em função do PIB foram registados na Estónia (8,7%), no Luxemburgo (23,0%), na Bulgária (25,6%), na República Checa (34,7%), na Roménia (35,1%) e na Dinamarca 36,1%).

O SERVIÇO DA DÍVIDA PORTUGUESA

O serviço da dívida é uma referência à totalidade de pagamentos que o país faz em juros e amortizações de capital que decorrem da dívida pública.

Os juros da dívida são tão mais elevados quanto maior o risco associado a essas dívidas. Quando as agências de notação financeira classificam a dívida portuguesa de "lixo", significa que Portugal se irá financiar no mercado financeiro a taxas de juro mais altas, reforçando ainda mais a sua dívida. Quanto mais controladas estiverem as contas do Estado maior facilidade terá em financiar-se com menores custos, podendo gerir a sua dívida de forma mais vantajosa: financiar-se a taxas de juro mais baixas para amortizar dívida com um serviço mais penalizante.

DÉFICE ORÇAMENTAL E DÍVIDA PÚBLICA

Num orçamento, o défice ocorre quando os gastos ou despesas superam os ganhos ou receitas. Nesse caso, "Falta" dinheiro para a receita igualar a despesa e o orçamento é chamado "deficitário". O défice orçamental dá origem à dívida pública pois, para fazer face às despesas, o Estado tem de se financiar interna (com dinheiro dos portugueses) ou externamente (em mercados externos). Historicamente, Portugal é o campeão da dívida e do défice orçamental, uma situação que, pela primeira vez em democracia, parece estar a inverter-se, com a consolidação do défice orçamental e a leve redução da dívida pública.

O Turismo em Portugal

Por Diogo Bastos da Silva

O turismo é o caso de maior sucesso económico em Portugal no último meio século. Partindo de valores insignificantes, o turismo constitui hoje uma importante parcela do produto nacional e contribui significativamente para o equilíbrio da balança de pagamentos, para a criação de emprego, para a implementação de novas infraestruturas coletivas e para o desenvolvimento regional.

O turismo em Portugal é na atualidade, um dos principais setores de proveito para a economia nacional. Em 2017, o País foi eleito "Melhor Destino no Mundo" nos World Travel Awards, foi também o 14º destino mais competitivo no mundo, a 18ª posição mundial em chegada de turistas e a 21ª posição mundial em receitas turísticas.

Atualmente, o Algarve, Lisboa, Cascais e Sintra, a Madeira e o Porto lideram o ranking de destinos nacionais. A cultura, 3 mil horas de sol por ano e 850 quilómetros de costa banhada pelo atlântico, a natureza, a história e gastronomia são os pontos fortes do turismo em Portugal.

Importância do Turismo no PIB Português

Segundo dados do INE, a procura turística (consumo por parte de estrangeiros e residentes) subiu para os 26,7 mil milhões de euros em 2017, mais 14,5% face a 2016, e passou a pesar 13,7% do PIB.

O setor do Turismo já representou 9,4% do total do emprego em Portugal, em 2016, e esse peso deverá ser superior, já que os anos seguintes foram bastante positivos para o turismo. Os sectores mais dinâmicos foram os ligados às agências de viagens, operadores e guias turísticos, e aos hotéis e similares. O maior peso mantém-se, de longe, na restauração, responsável por 47% dos postos de trabalho. O turismo português vale também mais de 20% das exportações do país e cerca de 60% das exportações na área dos serviços. O turismo contribui, assim, "para a criação de emprego" e para a "saúde da balança comercial" com o estrangeiro.



EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

Por Filipa Vieira

Em 2017 a população ativa portuguesa cresceu 0,8% em relação ao ano de 2016, registando-se o valor de 77,1% na população ativa, verificando-se, assim, em 2017 o melhor registo desde 2010. De acordo com o “Pordata” o crescimento foi mais significativo na população ativa feminina, que registou o valor mais alto desde que há registo, de 74,1%, no escalão etário dos 55 aos 64 anos. Já a população do sexo masculino obteve o registo do valor mais alto desde o ano 2011 com 78,2%. A população inativa portuguesa no ano de 2017 estava no valor de 3,6337 milhões, menos 44 mil em relação ao ano anterior, fazendo com que esta diminuição seja a primeira desde o ano 2014, havendo em 2017 2 168 600 pessoas inativas do sexo feminino e 1 465 100 pessoas do sexo masculino inativas.

Portugal registou o valor mais baixo de desemprego desde 2002

A taxa de desemprego em Portugal tem vindo a decrescer nos últimos anos. Em Setembro de 2018 a taxa de desemprego estabilizou-se nos 6,6%, o que corresponde ao valor mais reduzido desde do ano 2002. Em 2013 Portugal tinha registado que 16,4% da população do sexo feminino estava desempregada comparando com 2017 esse valor desceu 7,1. Portugal também obteve uma redução da taxa de desemprego mais rápida em relação à média da União Europeia esta estabilizou-se nos 6,8% um valor um pouco mais alto que o de Portugal. Já ao que corresponde à Zona Euro esta estabilizou-se nos 8,2%, estando 1,6% acima do valor de Portugal.

Taxa de emprego e população empregada em Portugal

Portugal teve, em 2017, o terceiro maior crescimento percentual na taxa de emprego face ao ano anterior, para os 73,4%. Está, assim, mais próximo do objetivo Europa 2020 (75%) e acima da média da União Europeia (UE 72,2%). Segundo dados do Eurostat, na UE, a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos subiu, em 2017, para os 72,2%, face ao ano anterior (71,1%).

O gabinete de estatísticas da UE divulgou ainda que a taxa de emprego das pessoas entre os 55 e os 64 anos aumentou em termos homólogos na UE, de 55,3% para 57,1%, e em todos os Estados-membros. Em Portugal, 56,2% das pessoas entre os 55 e os 64 anos tinham emprego em 2017, face aos 52,1% de 2016.

Novos empregos na área da tecnologia

O mundo de trabalho também vai sofrer grandes alterações devido ao aparecimento de novos empregos. Pensa-se que até ao final da década deverão desaparecer cerca de 2 milhões empregos. Mas muitos outros surgirão. Especialistas da análise web, web designer, editor de conteúdo, marketing digital, profissional de TI, especialista em Search Engine Marketing, programador, professor online, engenheiro de software, especialista em e-commerce, influenciador digital, engenheiro de energia eólica, são alguns dos novos empregos que têm aparecido ou que irão aparecer ao longo das próximas décadas.

Portugal PAÍS DE EMIGRAÇÃO OU DE IMIGRAÇÃO?

Por Isabel Sousa

Portugal era, há 40 anos, um país de emigrantes. Hoje é um país de migrantes. Houve o retorno de muitos nacionais mas também o acolhimento de milhares de estrangeiros. Esta grande mudança veio transformar o país - a demografia é mais diversa e mais complexa. O início do novo milénio veio demonstrar que a realidade migratória portuguesa se caracteriza de forma cada vez mais marcada pela simultaneidade de fluxos de entrada e de fluxos de saída.

Durante as primeiras décadas que se seguiram à revolução de 1974, a origem dos imigrantes assentava num sistema migratório lusófono, pós-colonial, provenientes de países africanos de língua portuguesa. Portugal seria também país recetor no sistema migratório europeu.

No início do século XXI regista-se uma mudança nas regiões de proveniência dos imigrantes. Diversos países da Europa do Leste (em particular a Ucrânia) e o Brasil passam a ser os principais países de origem dos migrantes para Portugal.

Desde meados da década passada, e em especial após a crise económica de 2008, Portugal assistiu a uma alteração dos perfis de imigrantes e/ou de estrangeiros residentes. Até meados da década passada as principais razões de entrada ou de solicitação de entrada no país, eram laborais (e, sobretudo, para o exercício de uma atividade profissional subordinada), nos últimos anos os fluxos de entrada passaram a estar associados principalmente ao estudo (no ensino superior) e ao reagrupamento familiar. Há, no entanto, sinais recentes que indiciam um novo ciclo de entradas de imigrantes para o exercício de atividades profissionais subordinadas (estimulado por uma aceleração da economia).



Em 2017, Portugal teve um saldo migratório positivo pela primeira vez em sete anos com mais de 36 mil imigrantes a ultrapassarem as quase 32 mil pessoas que deixaram o país, segundo o relatório estatístico anual do Observatório das Migrações.

Emigração: significa deixar o local de origem (a sua pátria) com intenção de se estabelecer noutro país. Um indivíduo que se encontra nesta situação é denominado, na sua pátria, por emigrante.

Imigração: é o fenómeno da entrada de quem vem do exterior para um dado país para fins de trabalho e/ou residência, passando a ser denominado imigrante.

No que se refere à emigração, após o período de relativa estagnação que se seguiu à crise económica de 1973, houve um ressurgimento a partir de meados dos anos 80 que se intensificou durante os anos 90, sobretudo para países europeus. Os emigrantes do século XXI continuam a dirigir-se de forma preferencial para países europeus mas, a partir de 2005, para os países da Europa Central e do Norte e é complementada por fluxos migratórios que se dirigem para a Ásia e para o hemisfério sul, aqui sobretudo para Angola, Brasil e Moçambique. Esta alteração correspondeu, numa primeira fase, à emigração de empreendedores, quadros de empresa e quadros técnicos a que se seguiu - de forma relativamente rápida após o início da crise económica e financeira - uma emigração de trabalhadores qualificados e semiquificados.

A emigração atual continua a envolver uma proporção maioritária de portugueses pouco escolarizados, mas assiste-se, também, a uma presença visível de cidadãos qualificados ou altamente qualificados.

A nova emigração portuguesa é muito segmentada e uma parte é mais qualificada que em movimentos migratórios anteriores, porque a sociedade portuguesa também evoluiu, mas continua a existir uma emigração pouco ou nada qualificada que tende a ser estrutural.

A emigração em Portugal



3. Após o início dos anos 60 do século XX, registou-se um novo fluxo migratório para países europeus, tais como a França, a Alemanha, o Luxemburgo ou a Suíça, que estavam em rápido crescimento económico. Além das motivações económicas (as más condições de vida e o desemprego), existiram também motivações de origem política, como a fuga à guerra colonial e ao regime político opressivo que então existia.

Demografia

Por Pedro Henrique Ribeiro

Atualmente a população portuguesa tem vindo a aumentar, mas com um crescimento natural (natalidade menos mortalidade), cada vez menor, levando a que o país se encontre envelhecido e não exista renovação de gerações.

Por outro lado, a esperança média de vida tem vindo a aumentar, tanto nos homens como nas mulheres, o que tem sido crucial para este envelhecimento populacional. O maior crescimento da população tem-se verificado nos distritos costeiros principalmente: Setúbal, Porto, Aveiro e Braga, mas continua a diminuir nos distritos do interior.



Taxa Bruta de Natalidade

A taxa bruta de natalidade, pelos dados fornecidos pelo PORDATA em 1960 era de 24,1% tendo diminuído progressiva e agressivamente para 8,4% em 2017. Os anos em que a taxa bruta de natalidade foi mais baixa foram em 2013 e 2014. (A última atualização destes dados foi a 4/12/18.)

Grupos Etários

A população residente em Portugal aumentou progressivamente a partir de 1971, que era de 8.643.756. Em 2017 era de 10.300.300 indivíduos.

No entanto, a pirâmide etária inverteu-se. Em 1971 existiam dos 0-14 anos cerca de 2 464 655 indivíduos. Dos 15-64 eram de 5.343.034 e os indivíduos com mais de 65 anos eram 836.058. Pelos dados da PORDATA, em 2017 existem 1 433 156 indivíduos dos 0-14 anos. Dos 15-64 eram 6.672.187. Dos indivíduos com mais de 65 anos eram 2.194.957

O impacto do envelhecimento da população

Uma das consequências do envelhecimento da população é a redução da população ativa e o seu impacto no mercado de trabalho. As projecções, quer da Comissão Europeia, quer da OCDE, mostram que o crescimento do emprego e da produtividade não será suficiente para gerar um potencial de crescimento da economia capaz de compensar os impactos negativos do envelhecimento demográfico no sistema de pensões. Estudos recentes alertam para o risco do crescimento da massa salarial no longo prazo não acompanhar o crescimento do produto, o que coloca problemas ao atual modelo de financiamento do sistema de pensões assente no mercado de trabalho.

De entre várias explicações para este fenómeno, estão os ganhos alcançados em termos da longevidade. A esperança média de vida (EMV) da população portuguesa era em 1920 de 38 anos, hoje, é de 81 anos. A população portuguesa passou assim a viver em média mais 43 anos. As projecções da estrutura etária da população portuguesa até 2050, apontam para a continuação desta tendência. O envelhecimento da população coloca um enorme desafio: o de encontrar os mecanismos adequados para assegurar a sustentabilidade da segurança social, e garantir a solidariedade entre as gerações e assegurar os níveis de bem-estar da população no futuro

Indicadores de Envelhecimento

Os indicadores de envelhecimento aumentaram cerca de 100,5% pontos percentuais. Em 1960 a percentagem era de 27,3% e em 2011 estava a 127,8%. Os indicadores de envelhecimento atingiram os 100% em 2001. (A última atualização destes dados foi a 16-02-2018, no PORDATA.)

Famílias

O número de famílias portuguesas tem aumentado, mas estas são cada vez mais pequenas, pois a maioria dos agregados familiares tem apenas um filho. Cerca de um terço dos indivíduos dos 15-64 anos, empregados, com filhos com menos de 15 anos, recorre a serviços de apoio a crianças. Por outro lado, a utilização de tecnologias de informação e comunicação tem sido crescente por parte dos agregados familiares. Em 1983, os agregados domésticos privados eram, em média, de 3,3 indivíduos. Essa percentagem diminuiu para 2,5 indivíduos em 2017. (A última atualização destes dados foi a 12/02/18.)



PORTUGAL PRODUTO E PRODUTIVIDADE

Por José Rodrigo Mendes

A **Produtividade** é definida como a relação entre a produção e os fatores de produção utilizados. A Produtividade é tanto maior quanto maior for o produto obtido e quanto menor forem os custos empregues na sua produção.

Os bens produzidos podem ser designados por **Produto** ou por **Produção**. Mas a **Produção**, enquanto atividade económica, corresponde a um processo que combina fatores de produção com o objetivo de produzir bens e serviços para satisfazer necessidades humanas.

O **PIB (produto interno bruto)** representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período, geralmente um ano.

Relativamente ao PIB português, podemos constatar que a tendência é o aumento consecutivo desde do ano de 1960. Estes valores atingem as centenas de milhares de milhões de euros.

Em 2009 sofreu uma queda, que foi entendida como consequência da crise financeira global de 2008 quando faliu o banco norte-americano Lehman Brothers - que se tornou um símbolo da crise financeira de 2008 - mostrando as fragilidades do sistema financeiro. Em Portugal, levou ao colapso de bancos e, já em 2011, ao resgate financeiro do país, a uma austeridade profunda, à venda de empresas públicas e à emigração, entre outros danos colaterais...

Anos	Taxa de variação - %
	Taxa de crescimento real do PIB
2006	1,55
2007	2,49
2008	0,20
2009	-2,98
2010	1,90
2011	-1,83
2012	-4,03
2013	-1,13
2014	0,89
2015	1,82
2016	1,93
2017	Pro 2,80
2018	Pro 2,16

Taxa de crescimento real do PIB

Entre o último trimestre de 2014 (início da recuperação económica) e o segundo trimestre de 2018, o PIB aumentou 8,3%. Uma das principais características da recente recuperação económica tem sido a evolução surpreendentemente positiva do mercado de trabalho em que Portugal foi capaz de criar emprego com taxas de crescimento do PIB mais baixas, ao contrário do que vinha a acontecer no passado. Por outro lado, existem alguns fatores que sugerem que a recuperação da produtividade será mais limitada, destacando-se, entre eles, o baixo grau de qualificação da mão de obra portuguesa. Com efeito, em 2017, Portugal era o país da UE com maior percentagem de trabalhadores com habilitações literárias inferiores ao Ensino Secundário.

O **PIB per capita** é o rácio entre o produto interno bruto e o número de habitantes de um país. O PIB per capita é um dos indicadores do grau de desenvolvimento de um país. Em princípio, quanto maior o PIB per capita, maior será o desenvolvimento do país.

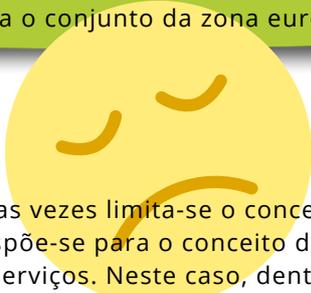
Produtividade Aparente do trabalho é a riqueza que se obtém na produção de bens ou serviços por trabalhador. É frequente simplificar a expressão, referindo-a como produtividade do trabalho ou, simplesmente, produtividade.

Como podemos melhorar a produtividade? Basicamente, com investimentos de qualidade e níveis de escolaridade mais elevados. Portugal conta com um baixo nível de capital por trabalhador. Sem investimento, o progresso tecnológico não é incorporado no produto, e isso não acontece na grande maioria dos países europeus. Assim, a nossa produtividade é mais baixa porque não estamos em igualdade tecnológica.

Abrandamento do Crescimento Económico Português

A economia portuguesa deverá registar, em 2019, o maior abrandamento desde a crise de 2012 e, neste cenário, tornará a divergir face à média da zona euro, projeta o Fundo Monetário Internacional (FMI) no novo panorama sobre o crescimento mundial (World Economic Outlook).

Tal como avançou a missão que veio a Portugal para avaliar o pós-programa de ajustamento, o produto interno bruto (PIB) de Portugal deve crescer em 2018 cerca 2,3% em termos reais, mas no ano de 2019 perde força e só cresce 1,8%, valor que também fica abaixo dos 1,9% estimados para o conjunto da zona euro.



A Pobreza



Por Jorge Sousa e Silva

Podemos definir pobreza como “condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais, ou seja, de uma forma mais simples poderíamos dizer que **a pobreza é a privação das condições necessárias para termos acesso a uma vida digna.**

Muitas vezes limita-se o conceito de pobreza a uma dimensão meramente monetária ou financeira e transpõe-se para o conceito de exclusão social outras dimensões tais como o acesso aos direitos e aos serviços. Neste caso, dentro da União Europeia, considera-se estar em situação de risco de pobreza se o rendimento estiver abaixo de 60% do rendimento mediano (por adulto equivalente) que, em 2016, significava ser inferior a 5 442 euros anuais (454 euros por mês).

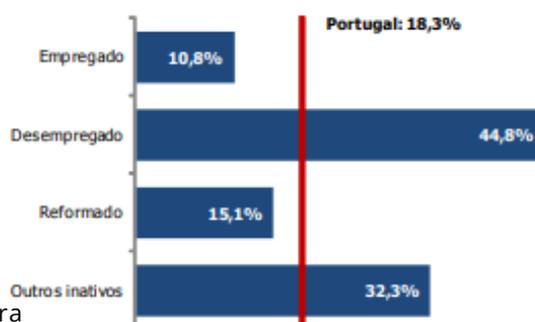
Esta definição de pobreza é objetiva ao poder contabilizar a proporção de pessoas em risco de pobreza e comparar países e a evolução ao longo do tempo. No entanto, peca por não considerar muitos outros fatores condicionantes da situação de pobreza.

A **pobreza absoluta** ou extrema designa uma situação em que as pessoas não veem satisfeitas as necessidades básicas à sua sobrevivência. Por exemplo, essas pessoas podem passar fome, não possuir água potável, habitação condigna, roupas suficientes ou medicamentos e podem ter que lutar para se manterem vivas. Esta situação é mais comum nos países em desenvolvimento mas algumas pessoas na União Europeia, tais como os sem-abrigo ou as Comunidades Ciganas, continuam a viver nesta situação de pobreza extrema.

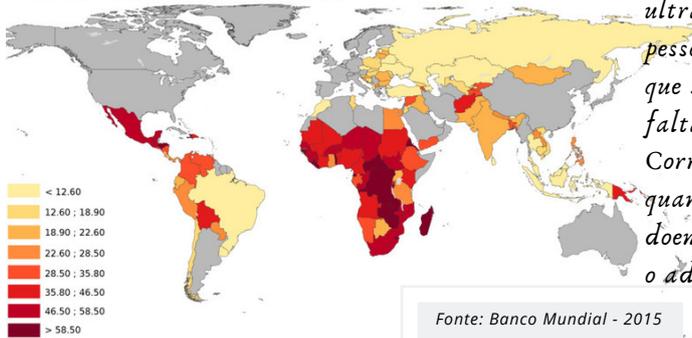
O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2017 sobre rendimentos do ano anterior, indica que 18,3% dos portugueses estavam em risco de pobreza em 2016, valor inferior ao de 2015 (19,0%). A redução do risco de pobreza entre 2015 e 2016 abrangeu em especial os menores de 18 anos, de 22,4% para 20,7% em 2016, e a população idosa de 18,3% para 17,0%. As mulheres continuam a ser mais afetadas pela insuficiência de recursos, com um risco de pobreza (18,7% face a 17,8% para os homens).

A **pobreza relativa** designa uma situação na qual o estilo de vida e o rendimento de algumas pessoas se situa a um nível abaixo do nível de vida do país ou da região em que vivem, sendo difícil conseguirem uma vida normal e participarem nas atividades económicas, sociais e culturais de modo semelhante aos elementos da sua comunidade. Esta realidade difere de país para país.

Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho, Portugal 2016



População abaixo da linha de pobreza (%)



Fonte: Banco Mundial - 2015

“Embora centenas de milhões de pessoas tenham ultrapassado a linha da pobreza, 1,3 mil milhões de pessoas ainda vivem em pobreza multidimensional, o que significa que, além do rendimento, também lhes falta saúde, educação e padrões mínimos de vida. Correm o risco de ficar ainda mais fragilizadas quando confrontadas com situações de conflito, doenças, desemprego ou desastres naturais”, afirmou o administrador do PNUD, Achim Steiner.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) refere que a pobreza não pode considerar apenas o rendimento.

O PNUD trabalha com o conceito de pobreza multidimensional, que avalia formas diversas de privação de direitos e de serviços.

De acordo com a agência, 83% dos indivíduos em pobreza multidimensional residem em países da África Subsariana ou no Sul da Ásia. Na África Subsariana, 560 milhões de pessoas são privadas de direitos básicos e serviços. Na Ásia, o número chega aos 546 milhões. A América Latina e o Caribe têm 40 milhões de cidadãos que vivem nessa situação. Nos países árabes, o contingente é de 66 milhões. No Leste da Ásia e nações do Pacífico, 118 milhões. No Leste da Europa e Ásia Central, 4 milhões. O PNUD também identifica um abismo entre zonas rurais e urbanas — 1,1 mil milhões de pessoas em pobreza multidimensional moram no campo, ao passo que 200 milhões vivem nas cidades.

“A crescente desigualdade também ameaça o progresso. Em média, uma criança nascida hoje num país com índice de desenvolvimento humano elevado pode esperar viver 20 anos a mais e estudar sete anos a mais do que uma criança nascida num país com baixo índice de desenvolvimento humano.”, afirmou Achim Steiner.



Por José Filipe Coelho

O crescimento de 2,8% da economia portuguesa em 2017 não foi suficiente para impedir uma degradação do poder de compra dos portugueses face à média europeia. Dados do INE e da Eurostat indicam que o valor do PIB *per capita* em ppp (paridade do poder de compra) reduziu para 76,6% da média europeia, tendo sido, em 2016, de 77,2%. O poder de compra dos portugueses face à média dos europeus caiu mais de cinco pontos percentuais desde o início da crise, em 2009. Neste ano, o mesmo indicador era de 82,1% da média europeia.

Apesar desta degradação do poder de compra face à União Europeia, os consumidores portugueses acreditam que a situação económica e financeira será tendencialmente melhor que em 2017. A conclusão a deste estudo é do IPAM-Instituto Português de Administração de Marketing sobre os hábitos de consumo dos portugueses no último ano e também a sua evolução para 2019. Mais de 70% dos inquiridos no estudo do IPAM acredita que o poder de compra se irá manter em 2019. Em relação à média da U. E., o poder de compra dos portugueses tem crescido lentamente (2,8%), já o poder de compra *per capita* também cresceu devido sobretudo à grande diminuição da taxa de desemprego.



Designa-se por Poder de Compra a capacidade de adquirir bens e serviços com determinada unidade monetária.

Portugal ocupa o 47º lugar na lista do poder de compra. O país que ocupa a primeira posição é o Qatar, seguido de Macau. No terceiro lugar do pódio aparece o Luxemburgo, onde cada cidadão ganha anualmente cerca de 86.000 euros, 3,5 vezes mais que em Portugal.

Em termos de riqueza per capita, Portugal ocupava o 47º lugar em 2017. O país que ocupava a primeira posição é o Qatar, seguido de Macau. Em terceiro lugar aparece o Luxemburgo, onde a cada cidadão cabe, anualmente, cerca de 86.000 euros, 3,5 vezes mais do que em Portugal.

Olhando apenas para Portugal, existe maior poder de compra *per capita* na região de Lisboa, acima da média europeia, e em seguida na região do Porto, como podemos observar nas tabelas seguintes. No entanto, por exemplo em Celorico de Basto, o poder de compra desce para 56,1% da média comunitária.

Poder de compra per capita (2015)

Lisboa	214,5%
Porto	161,4%
Celorico de Basto	56,1%

No que diz respeito ao PIB *per capita*, Portugal ocupa a 20ª posição em relação aos restantes 27 países da U.E. que é liderado pelo Luxemburgo e na última posição encontra-se a Bulgária. Desde 1995 que o PIB per capita PPS tem vindo a crescer. Portugal registou aumento gradual atingindo, em 2017, quase o dobro do valor registado em 1995.

PIB <i>per capita</i> PPS	
1995	
União Europeia	15.252,1
Portugal	12.129,8

PIB <i>per capita</i> PPS	
2017	
União Europeia	29.950,1
Portugal	23.022,9



Por Pedro Emanuel Ribeiro

Os principais fatores que determinam se uma empresa é uma PME são:

- o número de trabalhadores e
- o volume de negócios ou o balanço total.

Categoria de empresa	Nº de trabalhadores	Volume de negócio (milhões de €)	Balanço total (milhões de €)
Média	<250	≤ 50	≤ 43
Pequena	≤ 50	≤ 10	≤ 10
Micro	≤ 10	≤ 2	≤ 2

Estes limiares dizem unicamente respeito a empresas autónomas. Uma empresa que faça parte de um grupo de empresas pode ter de incluir os dados relativos ao número de efetivos/volume de negócios/balanço total desse grupo. (fonte: pofc.qren.pt)

PME GERAM 31,2 MIL MILHÕES DE EUROS

AS 1500 maiores PME's cresceram 5,47% em receitas, empregam quase 220 mil pessoas e lucraram 1,4 mil milhões de euros.

As pequenas e médias empresas (PME) são a base do tecido empresarial nacional, constituído maioritariamente por este tipo de sociedades, muitas delas pequenos negócios familiares ou até apenas situações de criação do próprio emprego. Daí a sua cada vez maior relevância na economia portuguesa. "As PME representam 99,9% das empresas nacionais, empregando cerca de 79% da população ativa empregada, e registando um volume de negócios de aproximadamente 75% da produção nacional", referiu Maria de Fátima Patrício, presidente da direção da Lusa PME, ao Dinheiro Vivo em dezembro 2017.



PME'S - QUE DESAFIOS?

O enorme peso das PME na economia nacional também se traduz numa significativa contribuição destas empresas para o PIB. Segundo dados do INE, em Portugal as PME representam 67% do total do valor criado na economia.

Segundo um estudo efetuado pela Comissão Europeia, os principais problemas que as PME europeias encontram são a carga administrativa e regulamentar, o acesso ao financiamento, a fiscalidade e a falta de competências. Estes problemas são também sentidos pelas PME portuguesas.

Os desafios que as PME portuguesas enfrentam são os da internacionalização, procura de investimento/financiamento, o recurso inteligente aos instrumentos para os fundos nacionais e europeus e adaptarem-se à nova era da economia digital. Cada vez mais as empresas devem procurar reduzir a sua dependência ao mercado interno e apostar no mercado internacional. A aposta na internacionalização e na inovação deve ser considerada pelas PME portuguesas como uma resposta necessária e indispensável para os desafios atuais que enfrentam, assegurando a sua sustentabilidade no futuro.

INE: PME REPRESENTAVAM 99,9% DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS EM 2010

As micro, pequenas e médias empresas (PME) portuguesas representam 99,9% do tecido empresarial português mas são responsáveis por menos de dois terços (60,9%) do volume de negócios do setor empresarial português, segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, sobre as Empresas em Portugal. Já as grandes empresas, que são 0,1% do total, são responsáveis por 39,4%. "Estes valores refletem um sector empresarial composto maioritariamente por PME não financeiras e por empresários em nome individual e trabalhadores independentes", refere o referido do estudo.

Existem então 1.167.811 PME, em Portugal, com um volume de negócios combinado de 220 de mil milhões de euros.

O número médio de trabalhadores de uma PME era, em 2017, de 2,63 funcionários, mas se excluirmos os empresários em nome individual, o número médio de funcionários das PME constituídas sob a forma jurídica cresce para 8,28 empregados.

Em termos globais, a média de funcionários ao serviço de cada empresa é de 3,39 pessoas e as grandes empresas empregam uma média de 756,11 pessoas.

PME LÍDER 2018

O IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. atribui o estatuto PME Líder a empresas que, pelas suas qualidades de desempenho e perfil de risco, se posicionem como motor da economia nacional nos vários setores de atividade enquadráveis, com Certificação PME válida e que prosseguem estratégias de crescimento e liderança competitiva.

O acesso ao estatuto PME Líder é efetuado através de uma rede de 10 bancos parceiros que estabeleceram acordos de parceria com o IAPMEI e com o Turismo de Portugal. Na edição PME Líder 2018 foram reconhecidas 8044 empresas com elevados padrões competitivos. Este universo empresarial aumentou substancialmente face ao ano anterior, verificando-se um acréscimo de 844 empresas.

Alguns dados:

Estas empresas foram responsáveis por 280.570 postos de trabalho; A distribuição setorial seguiu a mesma tendência de 2017, liderada pelo Comércio (34,9%), seguindo-se a Indústria (29,9%), o Turismo (11,2%) e os Serviços (9,4%); Continuam a predominar as pequenas empresas, com uma relevância de 70,8% do total das PME Líder 2018; É no distrito do Porto que estão sediadas a maioria das PME Líder 2018 (19,6% | 1577 empresas), seguido dos distritos de Lisboa (18,8% | 1511 empresas), Braga (10,9% | 875 empresas) e Aveiro (10,3% | 826 empresas).





Por Marcelo Silva

A bolsa de valores é o mercado organizado onde se negociam ações de sociedades de capital aberto e outros valores mobiliários.

É um ambiente de negociação no qual os investidores podem comprar ou vender os seus títulos, emitidos por empresas, sejam elas com capitais públicos, mistos ou privados.

Uma das principais funções do mercado de capitais é possibilitar que as empresas, com o objetivo de viabilizarem projetos de investimento, captem recursos diretamente do público investidor em condições mais vantajosas do que as dos empréstimos bancários.

O mercado primário é aquele em os valores mobiliários de uma nova emissão da empresa são negociados diretamente entre a empresa e os investidores – subscritores da emissão, e os recursos são destinados para os projetos de investimento da empresa (ou apenas para obtenção de liquidez).

No entanto, alguns desses valores mobiliários, como as ações, que representam frações da empresa e, então, não são resgatáveis em data pré-definida, e outros, que podendo ter prazos de vencimento muito longos, podem afastar muitos dos investidores do mercado de capitais, podem ser negociados (trocados) no mercado secundário. Este mercado é o local onde os investidores negociam e transferem entre si os valores mobiliários emitidos pelas empresas. Nesse mercado ocorre apenas a transferência de propriedade e de recursos entre investidores. A companhia/empresa não tem participação. Portanto, o mercado secundário oferece liquidez aos títulos emitidos no mercado primário.

Como funciona a Bolsa de Valores?

A Bolsa de Valores é um mercado, onde se compra e onde se vende ações, "pequenas partes" das empresas.

O detentor de ações, chamado de acionista, passa a ser dono de parte da empresa. Há vantagens para a empresa, pois passa a ter mais capital para investir, e o acionista também passa a receber eventuais lucros da empresa.

Qual o mecanismo de variação das cotações?

O preço das ações varia, em bolsa, em função das ordens de compra e de venda. Quando as ações de determinada empresa estão a ser muito procuradas, o seu preço (cotação) vai subir. Se, pelo contrário, começarem a ser vendidas (porque os acionistas querem obter ganhos com a venda ou porque a empresa está a passar por dificuldades, por exemplo), então o seu preço vai descer. Negociar na bolsa tem um risco inerente. Se as ações se desvalorizarem, pode perder-se parte do dinheiro que se investiu.

Como negociar na Bolsa?

Qualquer pessoa pode comprar ações na bolsa de valores, mas nem todos podem fazê-lo diretamente. Só é possível através de Corretoras autorizadas pela CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários). Mas a forma mais fácil para o cidadão comum comprar ações é fazê-lo através do seu próprio banco. Deve estar atento ao valor das comissões cobradas por este serviço. Também pode negociar *on-line*, através de uma corretora, podendo ter acesso às cotações e realizar as suas ordens de compra e venda. (as cotações *on-line* podem ter alguns minutos de atraso em relação ao tempo real)

PSI
20

É o principal índice de referência do mercado de capitais português. É composto pelas ações das vinte maiores empresas cotadas na bolsa de valores de Lisboa e reflete a evolução dos preços dessas ações, que são as de maior liquidez entre as negociadas no mercado português.

A ESTRUTURA DO CONSUMO



Por Pedro Miguel Coelho

A Estrutura do consumo traduz a forma como as famílias aplicam o seu rendimento nos diversos consumos do dia-a-dia. Normalmente, subdivide-se as despesas das famílias em categorias ou rubricas (alimentação, vestuário, habitação, lazer, etc). O rendimento é um dos fatores que condiciona o consumo. Apesar da sua importância, o nível de rendimentos não afeta de igual forma o consumo dos diversos tipos de bens. De acordo com a Lei de Engel, as famílias com rendimentos mais baixos gastam a maior parte do seu rendimento na satisfação das necessidades básicas. Pelo contrário, nas famílias de rendimentos mais elevados, a percentagem de rendimento destinada a bens de primeira necessidade tende a ser mais reduzida e o peso em despesas com lazer, por exemplo, tende a ser maior.

Vejamos a evolução da estrutura de consumo em Portugal:

Despesas de consumo final no total do rendimento disponível das famílias: total e por tipo de bens e serviços (%)

Proporção - %

Anos	Despesas de consumo final das famílias por tipo de bens e serviços						
	Alimentação, bebidas e tabaco	Vestuário e calçado	Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	Saúde	Transportes e comunicações	Lazer, recreação e cultura	Educação
1995	20,0	6,4	11,7	4,1	15,6	7,3	1,0
2000	18,9	6,1	11,4	4,2	18,6	7,8	1,0
2005	18,3	6,0	13,5	4,3	17,7	7,3	1,1
2010	18,0	5,8	15,6	4,7	15,9	6,5	1,2
2016	20,5	6,6	19,0	5,2	15,2	6,3	1,2

Despesas de consumo final no total do rendimento disponível das famílias: total e por tipo de bens e serviços (%)

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2019-03-26

Uma análise breve do quadro acima permite constatar que as rubricas referentes aos produtos alimentares e aos transportes levam a maior fatia dos rendimentos disponíveis dos portugueses. A seguir vêm as despesas com a habitação. Em oposição, as despesas com a educação têm o menor peso relativamente às despesas totais dos portugueses. A evolução temporal das despesas também permite concluir que, nos últimos anos, o peso das despesas com a habitação, com a saúde e com a educação tem vindo a subir. Isto reflete a pressão que se tem verificado sobre os preços do mercado imobiliário mas, também, a maior preocupação dos portugueses com a saúde e com a educação dos filhos, dedicando-lhes maior percentagem do seu rendimento.

Rendimento e consumo das famílias tem aumentado na zona euro e UE

No espaço da moeda única, o rendimento real das famílias por habitante aumentou 0,3% no terceiro trimestre de 2018. Na UE, cresceu 0,8% entre julho e setembro do ano passado.



Indicadores de Desenvolvimento

Por Maria de Fátima Correia

Indicadores de desenvolvimento são instrumentos que permitem medir o Desenvolvimento com o objetivo de simplificar a sua análise, construindo um retrato aproximado das várias dimensões dessa realidade (na perspetiva social, económica, cultural, política, demográfica, etc). Há os chamados indicadores simples, que consideram apenas um aspeto da realidade, e os indicadores compostos, que têm em conta vários aspetos da realidade. O PIB per capita e a taxa de variação do PIB são exemplos de indicadores económicos simples. A taxa de analfabetismo e a taxa de escolaridade feminina são exemplos de indicadores socioculturais simples. A taxa de natalidade e a Esperança média de vida à nascença, são indicadores demográficos simples. O grau de participação na vida política ou de reconhecimento de direitos humanos são indicadores políticos simples. Como exemplo de indicadores compostos, há o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) ou o IDG (Índice de Desigualdade de Género).

Portugal em Números...

Em Portugal, 18,3% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2016.

Em 2017, o PIB registou um aumento de 2,8%.

Portugal subiu uma posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, passando para 41º lugar, e mantém-se na base do grupo dos países com o índice mais elevado. (2017)

A população residente em Portugal, no final do ano de 2017, era de 10 291 027 pessoas.

Em 2014 mais de metade da população portuguesa com 18 ou mais anos (4,5 milhões) tinha excesso de peso ou obesidade.

Em 2017 as exportações de bens totalizaram 55 029 milhões de euros, o que corresponde a um aumento nominal de 10,0% face ao ano anterior.

Número de casamentos em Portugal aumentou 3,8% em 2017.

As remunerações recebidas pelas famílias registaram um aumento de 5,3% em 2017.

Em 2017, o tráfego em internet móvel ultrapassou os 200 milhões de GB.

Entre 2010 e 2017, destacam-se três anos consecutivos de decréscimo do PIB em Portugal (entre 2011 e 2013), com subsequentes crescimentos sucessivos, registando, em 2017, a maior taxa de crescimento da série em análise (2,9%).

2018: Taxa de abandono escolar: 11,8%

2018: nº de camas de hospital por 100 mil hab=342,2

Em 2017, a capacidade de financiamento da economia portuguesa fixou-se em 1,1% do PIB.

Em 2016, o VAB gerado pelo turismo atingiu 7,1% do VAB da economia nacional.

A proporção de mulheres empregadas em cargos de chefia aumentou 0,4 p.p. entre 2011 (1,7%) e 2017 (2,1%).

Taxa de mortalidade infantil passa de 2,69 por mil nascimentos vivos, em 2017, para 3,28 em 2018.

Em 2017, os residentes em Portugal realizaram cerca de 21,2 milhões de deslocações turísticas, valor que representou um aumento de 5,0%.

GRUPOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Por Diana Vieira

A comunicação social é uma ciência social aplicada, cujo objeto tradicional de estudo são os meios de comunicação de massa, principalmente o jornalismo ou imprensa e a comunicação organizacional (publicidade, propaganda, relações públicas, comunicação de marketing) de empresas e de organizações governamentais ou não-governamentais. O objeto da comunicação social diferencia-se, portanto, da comunicação que é objeto de ciências como a psicologia, a linguística ou a antropologia, sem que se possa negar a existência de interseções entre esses domínios. Os meios de comunicação de massa mais frequentes são o jornal, a televisão, o rádio, o cinema e a internet. Didaticamente, poder-se-ia simplificar as atribuições dos diversos profissionais da seguinte forma: os jornalistas atuam com as notícias, os publicitários ou propagandistas atuam com os anúncios e os relações públicas com a relação entre a sua organização e a sociedade. Os seguintes grupos económicos são os de maior dimensão, quer relativamente aos sectores de atividade que desenvolvem, quer ao volume de negócios: Impresa, Media Capital, RTP, Cofina, Renascença, Sonaecom, Global Media Group, Impala e Lena.

Rádio e Televisão de Portugal, SA

Rádio e Televisão de Portugal, SA, (RTP) é a empresa concessionária do serviço público de rádio e de televisão. O seu objeto é a prestação dos serviços públicos de rádio e de televisão. A RTP desenvolve a sua atividade:

Rádio – Antena 1, Antena 2 e Antena 3, Antena 1 e 3 Madeira e Antena Açores, RDP Internacional, RDP África, Antena 1 Fado, Antena 1 Lusitânia, Antena 1 Memória, Antena 1 Vida, Antena 2 Jazzin, Antena 2 Ópera, Rádio Zig Zag;

Televisão – RTP1, RTP2, RTP 3, RTP Madeira e RTP Açores, RTP Internacional e RTP África, RTP Memória, RTP1 HD e RTP 4K.

Impala

O Grupo Impala, é a editora de várias publicações em Portugal, entre as quais as revistas:

– Nova Gente, Mulher Moderna na Cozinha, TV 7 Dias, VIP, Maria e Ana.

Renascença

O Grupo Renascença é uma emissora de rádio difusão portuguesa. É detido pelo Patriarcado de Lisboa (60%) e pela Conferência Episcopal Portuguesa (40%).

Atua fundamentalmente no setor:

Rádio- Rádio Renascença, RFM, Mega FM e Rádio SIM

Impresa

O grupo Impresa é o maior grupo de comunicação social português, atuando em três áreas de negócio — edição impressa, digital e televisão. As suas áreas de atividade repartem-se por:

Televisão – SIC, SIC Notícias, SIC Radical, SIC Mulher, SIC Internacional, SIC Internacional África, SIC K e SIC Caras);

Imprensa – Expresso e Courier Internacional, Activa, Autosport, Blitz, Caras, Exame, FHM, Telenovelas, TVMais e Visão;

Digital.

Media Capital

O Grupo Media Capital é um dos principais grupos de *media* em Portugal..

As áreas de atividade da Media Capital desenvolvem-se em cinco segmentos de negócio:

Televisão – TVI, TVI 24 TVI Internacional, TVI Ficção, TVI Reality, TVI África e Plural Entertainment;

Produção – programas/séries;

Entretenimento/Música: FAROL e TVIMusic; Cinema e Vídeo: CLMC

Rádio – Rádio Cidade, Rádio Regional de Lisboa e Rádio Comercial, Rádio Cidade, Rádio Clube Português e M80, entre outras;

Internet – IOL Negócios, que explora o portal IOL e MaisFutebol.

Cofina

O grupo Cofina é uma holding que se dedica sobretudo aos *media*.

Atualmente possui cinco jornais, quatro revistas e um canal de televisão por cabo. As suas áreas de negócio são:

Imprensa – jornais Correio da Manhã, Record, Jornal de Negócios, Destak e Mundo Universitário;

Revistas: Sábado, Máxima, TV Guia, Flash;

Televisão: Correio da Manhã TV;

Internet: - XL.pt.

Sonaecom

É uma empresa do grupo Sonae que atua em três principais segmentos de negócio:

Telecomunicações – Nos, que resultou da fusão da ZON TV Cabo e da Optimos Clix;

Sistemas de informática- empresa de certificação digital Saphety;

Multimédia – Jornal Público, que é um dos jornais generalistas de referência em Portugal.

DELÍCIA!

FOOD!!! Gastronomia Portuguesa

Por Tatiana Santos Silva

Portugal é famoso pela sua gastronomia e pelos seus vinhos. Desde as típicas tascas aos restaurantes de luxo de confeção requintada, não faltam opções para desfrutar de uma deliciosa experiência gastronómica.



O BACALHAU



A Carne

Os pratos de carne são muito diversos em todo o país, contudo, há duas regiões que são famosas pelas suas especialidades: o Alentejo, no que respeita ao porco; Trás-os-Montes, com excelentes enchidos.



Alentejo - Secretos de porco



Trás-os-Montes - Enchidos

Embora o bacalhau salgado seja um dos mais famosos ingredientes da gastronomia portuguesa, este peixe é importado do Canadá e da Noruega, uma vez que a água fria das suas costas atlânticas permite que aí se multipliquem os grandes cardumes. Portugal pesca bacalhau desde os meados do século XVI e é o maior consumidor de bacalhau seco. Há inúmeras receitas que podem ser servidas com base neste produto.



Pão e Queijo

Queijo da Serra



Cada região de Portugal possui o seu pão e queijo típicos. O mais famoso queijo do país é o queijo da Serra, produzido na Serra de Estrela.

Pastéis de Belém



Os Vinhos



Portugal é especialmente famoso pelos seus vinhos. Além do vinho do Porto e do vinho da Madeira, Portugal tem uma longa tradição vinícola. A região demarcada do Douro é hoje uma das mais famosas do mundo e o Alentejo e o Dão produzem também grandes vinhos tintos, brancos e rosés.

As 7 Maravilhas da

Gastronomia Portuguesa

Entradas: Alheira de Mirandela (IG) - Trás os Montes e Alto Douro

Entradas: Queijo Serra da Estrela - DOP - Beira Interior / Beira Litoral

Sopas: Caldo Verde - Entre Douro e Minho

Marisco: Arroz de Marisco - Estremadura e Ribatejo

Peixe: Sardinha Assada - Lisboa e Setúbal

Carne: Leitão da Bairrada - Beira Litoral

Doces: Pastel de Belém - Lisboa e Setúbal

A DOÇARIA CONVENTUAL

A doçaria conventual portuguesa é riquíssima e o nome desta categoria de receitas deve-se ao facto de serem doces criados por freiras que viviam em Conventos. Portugal é dos países em que a doçaria conventual tem maior destaque e mais enriqueceu a gastronomia portuguesa. Este tipo de iguaria tem como ingredientes de eleição o açúcar, os ovos (sobretudo as gemas) e as amêndoas. Portugal sempre teve uma grande produção ovícola, sendo mesmo o principal produtor de ovos da Europa entre os séculos XVIII e XIX. Grande parte da clara era exportada, usada como purificador na produção de vinho branco ou ainda para engomar os fatos e hábitos de freiras e monges. A quantidade excedentária de gemas, aliada à abundância do açúcar que vinha das colónias portuguesas levaram à criação de maravilhosas receitas de doces à base da gema de ovos, nas cozinhas dos conventos. No Algarve são típicos os doces de amêndoa e de figo seco; no Alentejo, a sericaia, o pão-de-rala, os nógados, etc... Entre muitos outros, podemos referir os ovos-moles de Aveiro, os pastéis de nata (incluindo os famosos pastéis de Belém), as queijadinhas de Sintra, os pastéis de Tentúgal, o pudim abade de Priscos, as tigeladas de Abrantes, as trouxas de ovos e tantos outros.



Quantos levam longe o nome de Portugal?

Por Pedro Costa Leal

São inúmeros os portugueses famosos no estrangeiro e que fazem sucesso lá fora nas mais diversas áreas. Desporto (e não apenas futebol), música, cinema, artes, gestão de empresas e política. São estas apenas algumas das áreas em que algumas personalidades portuguesas dão cartas e triunfam além fronteiras. Vejamos alguns:

Cristiano Ronaldo



Nasceu em 1985 na ilha da Madeira. Descoberto com apenas 11 anos de idade, foi jogar para o Sporting, onde consolidou a sua formação e ganhou vários campeonatos regionais e internacionais.

Representa a seleção portuguesa, fez carreira no Real Madrid e, desde 2018, joga na Juventus. O seu estilo agressivo e a procura constante da baliza é-lhe característico, assim como o seu talento em driblar jogadores.

Álvaro Siza Vieira



Nasceu em Matosinhos, em 1933. Na sua formação como arquiteto, na Escola Superior de Belas Artes do Porto, cedo desenvolveu o seu próprio estilo e tem influenciado várias gerações de arquitetos. Tem obras suas espalhadas um pouco por toda a Europa. Em Portugal tem algumas obras de raro interesse, como o Pavilhão de Portugal na zona oriental de Lisboa, a estação de metro da Baixa-Chiado, a cidade universitária de Aveiro ou o Museu de Serralves no Porto.

António Damásio



Nasceu em Lisboa, em 1944. É um médico neurologista, neurocientista português que trabalha no estudo do cérebro e das emoções humanas. É professor de neurociência na Universidade do Sul da Califórnia. Escreveu o livro "O Erro de Descartes" onde explicou a junção "da razão e emoção". É membro do Conselho de Estado, por designação do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, a 24 de abril de 2017.

José Mourinho



No Reino Unido é conhecido como "The Special One" depois de se auto intitular assim na sua primeira entrevista como treinador do Chelsea. Foi eleito pela FIFA como o melhor treinador do mundo na época de 2010. Nasceu em 1963, Setúbal.

Maria João Pires



É uma pianista de nível internacional na música sinfónica erudita. Aos cinco anos deu o seu primeiro recital de piano e aos sete já tocava peças de Mozart. Nasceu em Lisboa, em 1944.

Sara Sampaio

Nasceu no Porto, em 1991. É uma supermodelo portuguesa, Angel da Victoria's Secret e uma das mais prestigiadas modelos internacionais.



António Horta Osório



Nasceu em Lisboa, em 1964. É um economista, professor e banqueiro português. Ganhou um Best Leader Award e em Novembro de 2010 foi nomeado Presidente do Lloyds Banking Group.

Joana Vasconcelos



Paula Rego



Nasceu em Lisboa, em 1935. É a pintora portuguesa mais acarinhada e respeitada a nível internacional. Mudou-se para Londres nos anos 50.

Mariza nasceu em Lourenço Marques, em 1973. A fadista portuguesa diz-se "cantadeira de fados". Vendeu mais de 1 milhão de discos.



Nasceu em 1971, em Paris. É uma artista plástica portuguesa. Foi a primeira mulher e a mais jovem artista contemporânea a expor em Versalhes. A exposição, em 2012, teve o maior número de visitantes dos últimos cinquenta anos.

Cá por casa, o que temos?

OS LORDES



Por Ricardo Moreira

O grupo musical Os Lordes é originário da cidade de Lordelo, concelho de Paredes. Fundado em Abril de 1966 no lugar da ferrugenta (Lordelo) por, António Alves, António Ribeiro e mais 4 elementos.

António Alves foi o autor, compositor e vocalista, durante 50 anos.

O seus maiores sucessos musicais foram os temas "Vamos ao penedo" e "Merlo da Isaura". A sua primeira atuação foi no S João de Frazão. Vocacionados para as músicas populares e acompanhadas pelo belo desempenho dos seus acordeonistas, conquistaram o público com a alegria que colocam nos seus temas musicais. Por isso não surpreende o facto de o grupo já levar alguns anos de existência, e as suas músicas ainda serem bem conhecidas.

À conversa com o seu fundador, António Alves, referiu o facto de ser um orgulhoso cidadão de Lordelo e levar o nome da sua terra por esse país fora.

Como tudo na vida tem a sua evolução, o grupo também acompanhou as novas tendências e mudou o nome da banda para "Inovação Lordes".

O nome mudou mas a alegria e a animação mantém-se, com a introdução de novos membros, uma mais-valia para dar continuidade ao exemplar trabalho dos seus fundadores.



ALIADOS FUTEBOL CLUBE DE LORDELO (A.F.C.L.)



Por Paulo Silva

AFCL é um clube português, localizado na freguesia de Lordelo, concelho de Paredes, distrito do Porto. O clube foi fundado em 28 de Maio de 1950, e o seu atual presidente chama-se Filipe Silvestre Carneiro.

Atualmente disputa o campeonato distrital, Divisão de Elite Zona Norte. Os seus jogos em casa são disputados no Estádio Cidade Lordelo.

A HISTÓRIA

O nome "Aliados" surgiu por volta dos anos 30 e não foi ao acaso que lhe atribuíram esse nome. Esse nome foi atribuído por pessoas de Lordelo, Rebordosa e Vilela que, porque eram aliados uns dos outros, o nome adequava-se.

Mais tarde o clube foi oficializado devido à união entre os "Arranca-Tocos" e os "Panelinhas".

Só a 18 de Maio de 1953 era lançada uma "carta-apelo" a todos os cidadãos lordelenses dando conta da efetiva instituição "Aliados de Lordelo".

PLANTEL (2018-2019)

Defesas:

- Rafael Moreira
- Parada
- Luís Paulo
- Rui Alves
- Agostinho
- Vítor Mendes
- André Pinto
- Celso

Médios:

- José Coelho
- Hugo Costa
- Carlão
- Hugo Silva
- Pedrinho
- Diogo Preto
- Ângelo Varela

Avançados:

- Marcelo
- Júnior
- Gilmar
- Diogo Brandão
- Maurício
- Silvério
- Fonseca

Guarda-Redes:

- Nico
- Tiago Cardoso
- Bruno Alves

DADOS ESTATÍSTICOS

- **Portugal (22)**
- **Brasil (3)**
- **Moçambique (1)**

PALMARES MAIS IMPORTANTES:

- **2017/2018- Campeão Divisão Elite Pro-Nacional Série 2**
- **1974/1975- Campeão Distrital 1º Divisão**
- **1968/1969- Campeão Distrital 2º Divisão**
- **Subida à 3º Divisão Nacional**



LENDA DO CLUBE:

Jaime Pacheco é natural de Lordelo-PRD, nasceu a 22 de Julho de 1958.

Começou a sua carreira futebolística no Aliados, ascendendo a grandes clubes tais como o FC Porto, Sporting, Paços de Ferreira e SC Braga.

Já foi campeão Nacional da 1º Divisão, foi finalista vencido da Taça das Taças e já ganhou uma Taça dos Campeões Europeus.

Nunca desistas dos teus sonhos!

Este projeto foi acarinhado desde o início. Um agradecimento aos alunos, à Escola Básica e Secundária de Lordelo, aos professores que deram apoio e a todos aqueles que se dispuseram, desde sempre, a ajudar. Em particular a Fundação A Lord, a Casferim-Importação e Comércio de Ferragens e a Justa e Carneiro, Lda

ALORD
FUNDAÇÃO

A Fundação A Lord continua a trabalhar para o bem-estar da comunidade através de inúmeras iniciativas próprias ou apoiando projetos de interesse no âmbito cultural e social.

ANO LETIVO 2018/2019

JUSTA & CARNEIRO
ELETRDOMÉSTICOS



Cofinanciado por:

